

CADERNOS TEXTOS E DEBATES

Nº 14/2016

Diálogos com Moçambique:
celebrando o 41º aniversário da Independência

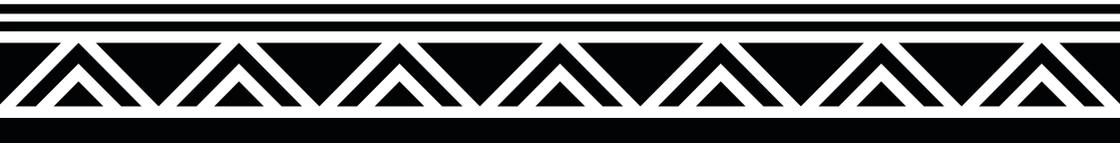


NUER / UFSC
2017

CADERNOS TEXTOS E DEBATES

Números Anteriores

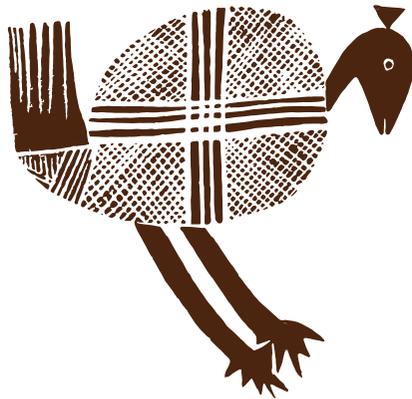
- 01 Descendentes de Africanos em Santa Catarina: Invisibilidade e Segregação
- 02 Terras e Territórios de Negros no Brasil
- 03 Identidade Étnicas no Sul do Brasil
- 04 Laudos Periciais Antropológicos
- 05 Negritude e Auto-Estima
- 06 Quilombo: Fontes Bibliográficas
- 07 Os Quilombos do Brasil: Questões Conceituais e Normativas
- 08 O Direito Constitucional de Propriedade das Comunidades Remanescentes de Quilombo
- 09 Laudos Antropológicos: Carta de Ponta das Canas
- 10 Capoeira na Universidade
- 11 Saúde Pública e Ações Afirmativas
- 12 Etnicidade e Gênero
- 13 Línguas Atuais Faladas em Angola: Entrevista com Daniel Perez Sassuco



CADERNOS TEXTOS E DEBATES

Nº 14/2016

Diálogos com Moçambique:
celebrando o 41º aniversário da Independência



NUER - NÚCLEO DE ESTUDOS DE IDENTIDADES
E RELAÇÕES INTERÉTNICAS/ UFSC

2017



Catálogo na fonte por

Cadernos Textos e Debates / Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas. Número 14 (2016) - Florianópolis: UFSC/NUER, 2017, 88p.

ISSN: 2526-981X

1. Antropologia 2. Periódico 3. Universidade Federal de Santa Catarina

Organização do número: Ilka Boaventura Leite e Ezra Chambal Nhampoca

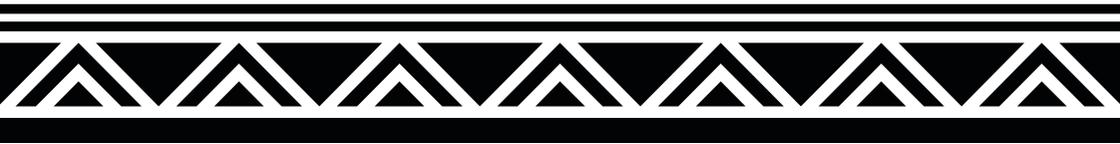
Revisão: Charlott Eloize Leviski

Ilustração: African Design

Projeto Gráfico: Cainã Margarida

Diagramação: Christopher Lobato Fortunato

Apoio: Núcleo de Publicações do CFH/UFSC - NUPPE



CADERNOS TEXTOS E DEBATES

VOL. 9 N. 14, 2016

PERIODICIDADE SEMESTRAL

Comissão Editorial

Diana Brown - Bard College, New York, EUA

Douglas Ladik Antunes - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

Frank Milton Marcon - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju/SE, Brasil

José Bento Rosa da Silva - Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil

Oswaldo Martins de Oliveira - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, Brasil

Ricardo Cid Fernandes - Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin - Universidade Federal do Pará, Belém/PA, Brasil

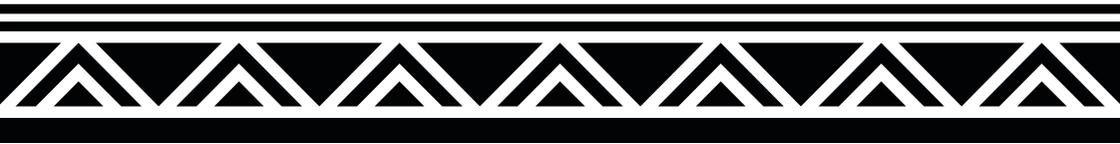
Editora responsável: Ilka Boaventura Leite - NUER/CFH/UFSC

Endereço: Campus Universitário. Trindade. Florianópolis/SC, Brasil. CEP 88040-900

E-mail: nuer@cfh.ufsc.br

<http://www.nuer.ufsc.br>





SUMÁRIO

Apresentação

Diálogos com Moçambique: celebrando o 41º aniversário da Independência... 1
Ezra Chambal Nhampoca e Hélder Pires Amâncio

Comunicações

Despertando o gosto pela ciência em jovens brasileiros e moçambicanos: do sonho à realidade

André de Ávila Ramos 7

Trajectoria econômica de Moçambique nos últimos 40 anos (1975-2015): desafios e perspectivas

Eduardo Sigauque 11

Os desafios de Moçambique no uso das tecnologias de informação (tics) para o crescimento econômico: uma abordagem a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio

Januário Albino Nhacuongue 15

Os desafios epistemológicos de uma pesquisa interdisciplinar feminista com movimentos de mulheres no Brasil e em Moçambique

Vera Fátima Gasparetto 19

Nossas línguas, 41 anos depois da Independência: que perspectivas?

Ezra Chambal Nhampoca 23

Panorama geral da aquacultura em Moçambique

Manecas Baloi 35

Estudos sobre o desempenho de compressores utilizados em sistemas de refrigeração

Marco Carrilho Diniz 37

Aplicações biomédicas de argilas funcionalizadas Domingos Lusitâneo Pier Macuvele	39
Uso de cinzas de carvão mineral na síntese de materiais de maior valor agregado Jonas Valente Matsinhe	41
Língua e poder em Moçambique Cristine Gorski Severo	45
“Sabem quantos tons de verde têm em São Tomé?”: minhas conversas com Malangatana Ngwenya Roselete Fagundes Aviz	49
Moçambique traduzido por suas escritoras Simone Schmidt	57
Arte contemporânea e diásporas: contrapontos Brasil-Moçambique Ilka Boaventura Leite	69
Da casa à escola e vice-versa: experiências de início escolar na perspectiva de crianças em Maputo Hélder Pires Amâncio	71
“Tem um espírito que vive dentro dessa pele”: feitiçaria e desenvolvimento em Tete, Moçambique Inácio Dias de Andrade	75

APRESENTAÇÃO

DIÁLOGOS COM MOÇAMBIQUE **Celebrando o 41º aniversário da Independência**

Ezra Alberto Chambal Nhampoca
Hélder Pires Amâncio

O presente caderno resume as atividades realizadas nos dias 23, 24 e 25 de junho de 2016, nas dependências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), organizadas pelos estudantes moçambicanos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria e com apoio do Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER). O evento que se denominou Diálogos com Moçambique – celebrando o 41º aniversário de independência, foi alusivo aos 41 anos da independência de Moçambique e objetivou, principalmente, comemorar a data e partilhar com a comunidade universitária, conhecimentos e informação sobre Moçambique num ambiente acadêmico e festivo. Para isso o evento contou com apresentação de trabalhos e pesquisas de estudantes moçambicanos na UFSC e de professores da UFSC e UDESC que desenvolvem ou desenvolveram pesquisas sobre Moçambique. O evento esteve aberto à toda a comunidade universitária e não só aos estudantes moçambicanos.

As atividades consistiram em uma palestra de abertura, intitulada *Despertando o Gosto pela Ciência em Jovens Brasileiros e Moçambicanos: do sonho à realidade*, proferida pelo professor André de Ávila Ramos, do Projeto Imagine – UFSC, além de quatro mesas redondas. As mesas redondas foram constituídas

por vários oradores que discutiram com o público temas sobre Moçambique.

Tem se falado muito da ausência dos temas africanos nos conteúdos curriculares da educação brasileira em todos os níveis de formação. No entanto, observamos que os intercâmbios efetivos entre estudantes de diversos países africanos e os incentivos das agências brasileiras à pesquisa na África tem propiciado e intensificado o interesse pelos estudos africanos de ambos os lados, Brasil e Moçambique. Nesta oportunidade de homenagear o dia de Moçambique queremos também reforçar o compromisso dos estudantes moçambicanos em realizar sua formação no Brasil como subsídio para ampliar os horizontes e aprofundar conhecimentos sobre suas próprias realidades, assim contribuindo também para ampliar os conhecimentos sobre África no Brasil. A principal característica do evento foi, portanto, revelar a presença e atuação de Moçambique na Universidade Federal de Santa Catarina. O NUER - com sua linha de pesquisa sobre “Diásporas africanas” - vem estimulando e desenvolvendo pesquisas e intercâmbios com Moçambique e Angola. Neste contexto é que recepcionou com grande interesse a proposta dos estudantes moçambicanos e apoiou este evento, de várias formas, acolhendo, sugerindo e colaborando na organização do mesmo e com esta publicação cuja intenção é registrar e divulgar as produções sobre Moçambique realizadas na Universidade de Santa Catarina.

Ainda no âmbito das comemorações da independência de Moçambique, realizou-se um jogo de futebol amigável entre a equipe de estudantes moçambicanos em Florianópolis, MozFloripa e um grupo de ex-jogadores de futebol brasileiros.

No dia 25 de junho, as atividades terminaram com um almoço constituído por pratos típicos de Moçambique, organizado pelos estudantes moçambicanos da UFSC. Abaixo apresentamos a programação do evento, os resumos da palestra de abertura e das comunicações apresentadas no evento, assim como fotos que registram este momento de confraternização. Os resumos estão dispostos pela ordem de apresentação que consta da programação do evento. Por fim, em nome dos estudantes moçambicanos na UFSC, gostaríamos de agradecer ao NUER e a professora Ilka Boaventura Leite, coordenadora do NUER, por ter acolhido o evento e pelo apoio moral e material. Agradecemos também com bastante apreço as professoras, Cristine Gorski Severo, Roselete Fagundes Aviz e Simone Schmidt, aos professores André de Ávila Ramos, do Projeto Imagine e ao professor Inácio Dias de Andrade, que gentilmente aceitaram participar do evento e nos abrilhantaram com estudos diversificados sobre Moçambique. Agradecemos igualmente ao Aiko Gasparetto pela elaboração do cartaz para a publicitação do evento, à Vera Gasparetto e à Maria Helena Barbosa pela cobertura do evento, registrando-o por meio de vídeos e fotografias, alguns dos quais estão anexados a estes anais.

PROGRAMAÇÃO

Diálogos com Moçambique: celebrando o 41º Aniversário de Independência

23/06/2016

Manhã - Local: Miniauditório do CFH/UFSC
9h45min - 12h
Breve palavra sobre o dia 25 de junho

Áudio de proclamação da Independência de Moçambique

Ezra Alberto Chambal Nhampoca

Palestra de abertura – Despertando o gosto pela Ciência em jovens brasileiros e moçambicanos: do sonho à realidade

André de Ávila Ramos

Moderador: Hélder Pires Amâncio

Tarde - Local: Departamento de História/UFSC
14h - 16h

Mesa redonda – Investigação e Desenvolvimento em Moçambique (I)

Trajectoria Económica de Moçambique nos últimos 40 anos (1975-2015): desafios e perspectivas

Eduardo Sigáúque

Os Desafios de Moçambique no uso das Tecnologias de Informação (TICs) para o crescimento económico: uma abordagem a partir dos objetivos do desenvolvimento do milénio

Januário Albino Nhacuongue

Os Desafios epistemológicos de uma pesquisa interdisciplinar feminista com movimentos de mulheres do Brasil e de Moçambique

Vera Fátima Gasparetto

Nossas línguas, 41 anos depois da Independência: que perspectivas?

Ezra Alberto Chambal Nhampoca

Moderador: Jonas Valente Matsinhe

Tarde - Local: Departamento de História/UFSC
16h30min - 18h

Mesa redonda – Investigação e Desenvolvimento
em Moçambique (II)

Visão geral da Aquacultura em Moçambique

Manecas Baloi

Estudos sobre o desempenho de compressores
utilizados em sistemas de refrigeração

Marco Carrilho Diniz

Aplicações biomédicas de argilas funcionalizadas

Domingos Lusitâneo Pier Macuvele

Uso de cinzas de carvão mineral na síntese de materiais
de alto valor agregado

Jonas Valente Matsinhe

Moderador: Januário Albino Nhacuongue

24/06/2016

Manhã-Local: Auditório CFH/UFSC.

9h30min – 12h

Mesa redonda – Línguas, Educação, Literatura e
Cultura em Moçambique

Língua e Poder em Moçambique

Cristine Gorski Severo

Sabem quantos tons de verde têm em São Tomé?
Minhas conversas com Malangatana Ngwenya

Roselete Fagundes Aviz

Moçambique traduzido por seus escritores

Simone Schmidt

Moderadora: Ezra Alberto Chambal Nhampoca

Tarde - Local: Auditório CFH/UFSC

14horas – 16horas

Mesa de encerramento – Perspectivas
antropológicas sobre cultura e desenvolvimento

Arte contemporânea e diásporas: contrapontos Brasil-
Moçambique

Ilka Boaventura Leite

*Da casa à escola e vice-versa: experiências de início
escolar na perspectiva de crianças em Maputo,
Moçambique*

Hélder Pires Amâncio

“Tem um espírito que vive dentro dessa pele”: feitiçaria e
desenvolvimento em Tete, Moçambique

Inácio Dias de Andrade

Coordenação: Ilka Boaventura Leite

Noite-Local: Rua Prof. Elpídio Barbosa, 78 –
Trindade

19h – 22h

Jogo amigável: Moçambique vs Brasil

Coordenação: Jonas Valente Matsinhe & Manecas Baloi

RESUMOS

PALESTRA DE ABERTURA

DESPERTANDO O GOSTO PELA CIÊNCIA EM JOVENS BRASILEIROS E MOÇAMBICANOS: DO SONHO À REALIDADE

*André de Ávila Ramos
Professor Titular da área de Genética - UFSC
Laboratório de Genética do Comportamento
Coordenador do Projeto Imagine
andre.ramos@ufsc.br*

Eu sou cientista e nos últimos 20 anos tenho trabalhado com o que chamaríamos de “ciências duras”, tentando entender genes, cérebros e comportamentos. Então um dia comecei a me perguntar: Por quê? Para que serve a ciência? Tenho estado a ensinar ciência para estudantes universitários por muitos anos. Para quê? Diferentes pessoas dão diferentes respostas a essas perguntas: desenvolvimento; progresso; bem-estar. Alguns diriam que a ciência leva à tecnologia e à inovação e essas duas coisas criam riqueza e prosperidade. Alguns argumentam que a ciência é a única maneira de resolver os principais problemas da civilização: saúde, energia, clima, produção de alimentos. Eu tenderia a dizer que a ciência é provavelmente a melhor maneira disponível para nos fazer entender a natureza, a terra, o universo e ser humano. Mas não é o único caminho. Não é arte, não é cultura, não é política, não é religião. Até o século XX, a ciência e a cultura eram inseparáveis. Mas a ciência evoluiu tão rápido durante os últimos 100 anos, que cresceu totalmente além da

cultura. E é necessário reunir estas duas dimensões da atividade humana. Por quê? Porque quando pensamos sobre os principais desafios do mundo moderno, não podemos fugir do desafio global de erradicar a pobreza, de permitir que todas as pessoas tenham a capacidade de satisfazer as suas necessidades mais básicas.

Se queremos que a ciência cumpra o seu papel de criar desenvolvimento, de transformar vidas humanas, para melhor e não para pior, precisamos pensar em uma ciência para todos. Para fazer isso, a ciência precisa ser compartilhada. Os cientistas precisam deixar seus laboratórios de vez em quando, para ver o mundo, para interagir com o mundo. Não apenas com o mundo acadêmico, mas com o mundo real, com pessoas reais, que enfrentam problemas reais a cada dia. Esta é a ideia do Projeto Imagine, criado em minha universidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, há 3 anos. Um projeto com o objetivo de compartilhar a ciência com as pessoas e quebrar fronteiras de todo modo. Fronteiras geográficas, culturais, históricas e étnicas. Com pessoas que estiveram no extremo da exclusão. Mas quem são essas pessoas? E onde elas vivem?

Setenta e cinco por cento das pessoas mais pobres do mundo, que é mais do que 1 bilhão de mulheres, crianças e homens, vivem em áreas rurais. Aproximadamente 1/3 dessas pessoas são indígenas. Embora essas pessoas falem cerca de 4.000 línguas diferentes e possuam uma das culturas mais ricas e mais antigas do mundo, sofrem os maiores índices de pobreza, marginalização e desnutrição. Capacitar as pessoas rurais e indígenas é, portanto, um primeiro passo essencial para a erradicação da pobreza e para as capacitar, precisamos, neste processo, compartilhar nosso conhecimento com elas e tentar aprender com o que elas sabem. Penso que combater este tipo de marginalização também irá ajudar a pôr fim aos conflitos, porque há uma sobreposição

entre o conflito, pobreza e exclusão étnica, tanto na África, assim como América Latina, onde a pobreza é predominantemente rural. Acreditamos que o diálogo entre as culturas antigas e a ciência moderna pode trazer as pessoas para adquirir novos conhecimentos, ganhar poder e aprender a respeitar as diferenças.

O *Projeto Imagine* leva conhecimento científico para as comunidades rurais de diferentes países onde há pouco acesso à ciência e à educação. Os princípios básicos do projeto são: a interdisciplinaridade, o respeito às culturas locais e partilha pessoal de experiências entre cientistas e cidadãos. O projeto inclui, até agora três módulos: 1) “DNA”, 2) “Energia” e 3) “Medicamentos”. Os três foram executados nas escolas secundárias das regiões rurais no Estado de Santa Catarina, Brasil, e no Vale do Inca Sagrado, no Peru. Cada módulo tem a duração de 5 dias, durante os quais os cientistas, estudantes universitários e membros da comunidade vivem juntos, fazendo várias atividades científicas práticas, incluindo experimentos em biologia molecular, engenharia e farmacologia. Para registrar as atividades, são feitas gravações de vídeos, o que permite a produção de vários documentários que já estão disponíveis na internet. As estratégias experimentais levam a discussões sobre diversidade biológica e humana, as fontes renováveis de energia e os efeitos terapêuticos de plantas medicinais. Uma vez que a nossa equipe retorna para a universidade, nós criamos protocolos ilustradas que descrevem cada atividade, em três línguas diferentes, além do português: francês, inglês e espanhol. Estes são recursos educacionais abertos que são postados em nosso website e podem ser usados, adaptados e traduzidos livremente por qualquer pessoa no mundo. Os nossos vídeos, que também são traduzidas para diferentes idiomas, foram vistos em 68 países e nossas ferramentas educacionais foram acessados em mais de

100 países em todos os continentes. Isto é apenas o começo. Nós ainda precisamos encontrar financiamento para consolidar os nossos recursos humanos e para possibilitar o crescimento de nossa rede, especialmente na América Latina e na África.

Palavras-chave: Projeto Imagine, diálogo entre as culturas, interdisciplinaridade, respeito às culturas locais, partilha.



RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES DAS MESAS REDONDAS
1ª MESA: INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

**TRAJETÓRIA ECONÔMICA DE MOÇAMBIQUE NOS
ÚLTIMOS 40 ANOS (1975-2015): DESAFIOS E
PERSPECTIVAS**

Eduardo Saugineta Sigaúque
Mestrando na Universidade Federal de Santa Catarina (2016)
Licenciado em Economia – Universidade Eduardo Mondlane,
Moçambique (2010)
Economista no Ministério do Mar,
Águas Interiores e Pesca de Moçambique
edyy.morgan@gmail.com

O artigo tem por objetivo fazer um debate teórico-analítico sobre a trajetória histórico-estrutural da economia Moçambicana nas últimas quatro décadas (1975-2015), por meio de um enfoque sistêmico sobre as políticas de desenvolvimento econômico e social adotadas no período das duas Repúblicas; I-Socialista (1975-1994) e II-Neoliberal (1995-2015). Dentro do intento pluridimensional do estudo da história do pensamento econômico, busca-se o entendimento das mudanças estruturais ocorridas na economia-mundo capitalista no período pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e seus impactos nas políticas desenvolvimentistas nos países periféricos. O desenho da “política de valorização das colônias” pelo Estado Português, e subsequentemente a implementação contínua dos Planos de Fomento (PF), I PF (1953-1958); II PF (1959-1964); Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) e III Plano de Dinamização Econômica (1968-1973) mostrou-se como via inicial de industrialização tardia de Moçambique. Findo o debate analítico sobre as políticas de

desenvolvimento econômico no período colonial, apresenta-se a caracterização histórico-econômica e dinâmicas estruturais ocorridas em Moçambique na I República, com a vigência do modelo de desenvolvimento socialista. Nas entrelinhas, isto é, o período de transição do modelo socialista para o modelo neoliberal (1985-1994), foram debatidas as mudanças que possibilitaram o engenho da aproximação de Moçambique “socialista” ao Ocidente “capitalista” e conseqüentemente adoção de medidas neoliberais na pauta de desenvolvimento econômico e social, subscritas no Programa de Ajustamento Estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI) – Programa de Reabilitação Econômico e Social (1989). Depois da estabilidade macroeconômica ocorrida na última década do século XX, que possibilitou a atração e retenção de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e mobilidade de capitais, faz-se um debate sobre os desafios e perspectivas do desenvolvimento da economia sob condicionantes estruturais da economia de mercado. Conclusivamente, apresentam-se pontos de sugestão sobre as perspectivas de desenvolvimento econômico, no novo quadro de economia de recursos naturais (commodities), principalmente, dos projetos estruturantes centrados na exploração do gás liquefeito na bacia do Rovuma e os possíveis impactos nas demais políticas setoriais de desenvolvimento a longo prazo.

Palavras-chave: Economia, dependência, desenvolvimento econômico e social, Moçambique.

Referências

BALDWIN, D. *Neoliberalism, neorealism, and world politics*. Columbia: U. Press, 1986.

ABRAHAMSSON, H. *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo, 1994.

ARRIGHI, G. *A ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BELLUCCI, B. *Economia Contemporânea de Moçambique*. Rio de Janeiro: Educam, 2007.

BONELLI, R.; PESSÔA, S. *Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência*. Rio de Janeiro: FVG, 2010.

BRESSER PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. *Existe doença holandesa no Brasil?* In: Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo. São Paulo, 2008.

CASTELO BRANCO, C. N. *Indústria e Industrialização em Moçambique: análise da situação atual e linhas estratégicas de desenvolvimento*. Maputo: I Quaderni della Cooperazione Italiana, n. 3, 2003.

CASTELO BRANCO, C. N. *Economia Extrativa e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: Cadernos IESE, n. 01, 2010.

CASTELO BRANCO, C. N. *Situação Económica em Moçambique: reavaliação da evidência com foco na dinâmica da produção industrial*. In: Comunicação VII Conferência Annual do Sector Privado (CASP). Maputo, 2003. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/saber/fd_1384.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

CARNEIRO, R. M. *Reformas liberais, estabilidade e estagnação – a economia brasileira na década de 90*. 2000. Tese (Doutorado em livre docência em Ciências Econômicas) – Curso de Pós-graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Campinas,

Campinas, 2000.

COUTINHO, L. *Marcos e desafios de uma política industrial contemporânea*. In: BNDES (org.) *Política industrial: desenvolvimento em debate*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002, p. 191-209.

TRANSPADINI, R. *A teoria da (Inter) Dependência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

OS DESAFIOS DE MOÇAMBIQUE NO USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO (TICS) PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO¹

Januário Albino Nhacuongue
Pós-doutorando em Ciência da Informação - UFSC
Doutor em Ciência da Informação - UNESP
Mestre em Ciência da Informação - UNESP
januanita@hotmail.com

Esta abordagem baseia-se na perspectiva macroeconômica e social de Moçambique no que tange às políticas públicas sobre a democratização do acesso a informação e uso competitivo das tecnologias emergentes. As tecnologias de informação e comunicação (TICs) são a força motriz do ciclo de produção, comunicação e uso da informação para o conhecimento em indivíduos, grupos e sociedade. Contudo, a sua efetividade depende do grau de implementação de políticas subjacentes da necessidade de criação de competências e de ambientes para o exercício do poder informacional. Esse poder está voltado para a solução de problemas em cada contexto das pessoas, empresas, instituições, organizações, etc. Reconhecendo o papel da tecnologia na transformação social, a Organização das Nações Unidas (ONU), através da *Declaração do Milênio*, estabeleceu no oitavo objetivo a necessidade de cada país membro “estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento”. Essa parceria envolvia a cooperação com o

¹ A pesquisa parte dos resultados da dissertação de mestrado sobre *A busca por uma cidadania da imagem: organização, lutas e articulação de políticas públicas no Brasil pela Rede Mulher e Mídia* (GASPARETTO, 2014), realizada no Brasil entre 2009 e 2013..

setor privado, de modo a tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial as TICs. Algumas das considerações que são tomadas a partir dos resultados dos objetivos do milênio se resumem em metas que não traduzem a realidade da transformação ocorrida em cada país. Essas metas consistiam em indicadores, por 100 habitantes, de linhas telefônicas fixas, de subscrição de celulares e de usuários de internet. Conseqüentemente, o relatório sobre os objetivos do milênio de 2015 concluiu que 43% da população mundial estava conectada em 2015, mas não avança os usos que se dão nesses ambientes informacionais, tampouco dos reais ganhos alcançados para a produção da riqueza. No caso específico de Moçambique, os objetivos do milênio foram encaminhados por sinergias com o Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), Plano Econômico e Social (PES), Plano Quinquenal do Governo e a Agenda 2025. À semelhança do contexto global, o relatório sobre os objetivos do milênio em Moçambique apenas mostra a evolução no uso da internet, dos computadores pessoais e das linhas telefônicas. Conforme avança a Comissão de Banda Larga para o desenvolvimento digital no seu relatório de 2015, o grau de penetração da tecnologia depende das fases sucessivas do plano de banda larga ou da inovação. Por exemplo, esse plano inclui o desenvolvimento por meio da avaliação da infraestrutura tecnológica, a adoção por meio da capacidade construtiva e uso efetivo, e a integração da economia e sociedade através de serviços como saúde eletrônica, governo eletrônico, educação à distância, entre outros. São esses serviços que criam a desburocratização da administração pública, tornando célere a satisfação das necessidades dos cidadãos. Ademais, além da infraestrutura tecnológica efetiva, Moçambique ainda não possui políticas funcionais sobre a produção e disseminação da informação. Muitas instituições públicas não possuem repositórios

de dados e não disponibilizam a informação para a sociedade. De igual modo, faltam iniciativas sobre o tratamento de informação. Como afirma Morin (2004), a informação só se torna conhecimento se for tratada, organizada, disponibilizada, e acessível aos usuários. Essa preocupação com o usuário permite o enfoque na esfera do conhecimento social a que Lyotard (1991) faz menção, um conhecimento ligado às práticas cotidianas da população. Aliás, este é o tipo da inovação descontínua de Christensen (1997), na medida em que quebra os paradigmas consolidados na sociedade através de pequenas iniciativas. Recomenda-se que algumas dessas iniciativas em Moçambique sejam de natureza acadêmica, por exemplo, pelo fomento de bolsas para pesquisas que incidam e tenham retorno para pequenas comunidades. Outras passam pelas políticas sobre o uso de dados e acesso aberto, através da obrigatoriedade da disponibilização de dados abertos pelas instituições públicas no âmbito da transparência pública. Outras, ainda, devem incluir a criação de competências informacionais por meio de bibliotecas digitais, bibliotecas comunitárias, bibliotecas infantis e outros serviços sociais de incentivo à leitura.

Palavras-chave: Crescimento econômico, Moçambique, objetivos do desenvolvimento do milênio, tecnologias de informação.

Referências

BROADBAND COMMISSION FOR DIGITAL DEVELOPMENT. *The state of broadband 2015*. Genebra, set., 2015. Disponível em: <<http://www.broadbandcommission.org/documents/reports/bb-annualreport2015.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CHRISTENSEN, C. M. *The innovator's dilemma: when new technologies cause great firms to fail*. Massachusetts: Harvard Business School Press, 1997.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE (FDC). *Agenda de desenvolvimento pós 2015 - Relatório de consulta do país: "Percepções e vozes de grupos e organizações moçambicanas"*. Maputo, 2013. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:x11CQ1Z6jF8J:www.fdc.org.mz/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D191%26Itemid%3D145%26lang%3Dpt+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 15 jun. 2016.

LYOTARD, J. F. *O pós-moderno*. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (Moçambique). *Relatório sobre os objetivos de desenvolvimento do milênio*. Maputo, set., 2010.

MORIN, E. *A comunicação pelo meio (teoria complexa da comunicação)*. In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. da (Orgs.). *A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 11-19.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração do milênio*. Nova Iorque, set., 2000. Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. *Relatório sobre os objetivos de desenvolvimento do milênio*. Nova Iorque, 2015. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2016.

UNITED NATIONS. *Millennium Development Goal 8: taking stock of the global partnership for development*. New York, 2015. Disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/MDG_Gap_2015_E_web.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

OS DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS DE UMA PESQUISA INTERDISCIPLINAR FEMINISTA COM MOVIMENTOS DE MULHERES NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE

Vera Fátima Gasparetto
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-UFSC
Mestre em Sociologia Política-PPGSP-UFSC
Graduada em Comunicação Social-Jornalismo-UNISINOS
gasparettovera@gmail.com

É possível pensar um feminismo dos países do “Sul”. Essa é uma das questões que inquietam no percurso da pesquisa de Doutorado intitulada *A busca por uma cidadania da imagem: a articulação de políticas públicas sobre imagem da mulher na mídia no Brasil e em Moçambique*¹. O trabalho em andamento se utiliza de um estudo de caso entre organizações de mulheres e feministas de Moçambique (Fórum Mulher) e do Brasil (Rede Mulher e Mídia), analisando o ativismo e atuação desses grupos por direitos acerca da imagem da mulher na mídia junto ao Estado moçambicano e brasileiro e os efeitos das políticas negociadas junto aos mercados midiáticos. O desafio consiste em realizar uma pesquisa interdisciplinar para analisar os feminismos e perspectivas teóricas que circulam em África, especialmente em Moçambique. Realizar o trabalho de campo em dois territórios implica em compreender o global, o particular, assim como os conflitos e resistências locais (FRASER, 2007), no caso específico, as posições geopolíticas de ex-colônias portuguesas e os consequentes impactos culturais e políticos. A pesquisa se inscreve no campo das investigações e epistemologias feministas do Sul que contribuem para entender as trajetórias dos movimentos de mulheres e feministas inseridas

em contextos latino-americanos e africanos na busca por superar uma metanarrativa universalizante que anula as pluralidades e diversidades, assim como a complexidade dos diferentes Estados, por onde circulam as diferenças étnico-culturais que privilegiam os homens e implicam na violação dos direitos humanos das mulheres (CASIMIRO, 2014; LOFORTE, 2003). Esse artigo pretende contribuir para a continuidade do “tráfico de teorias” (COSTA apud FEMENÍAS, 2007), somar no direito à produção de saberes e na superação da condição geopolítica, constituindo uma consciência que se soma a um modelo de explicações alternativo, o que nos leva a privilegiar referências teóricas de pesquisadoras sul-americanas e africanas.

Palavras-chave: Movimentos de mulheres, feminismos, epistemologias do Sul, Brasil- Moçambique.

Referências

AMADIUME, I. *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society*. London, New Jersey: Zed Books, 1987.

AMADIUME, I. *Reinventing Africa. Matriarchy, Religion, Culture*. London, New York: Zed Books, 1997.

CASIMIRO, I. *Paz na Terra, Guerra em Casa - Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Série Brasil & África- Coleção Pesquisas 1. Pernambuco: Editora da UFPE, 2014.

Carta de renúncia ao Conselho Nacional de Direitos das Mulheres. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/carta-de-renuncia-ao-conselho-nacional-de-direitos-das-mulheres-jun2016/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: _____. *O planejamento da*

pesquisa qualitativa – teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FEMENÍAS, M. L. *Esbozo de um feminismo latinoamericano*. Revista Estudos Feministas, vol. 15, n. 01, jan/abril, 2007. p. 11-25.

FRASER, N. *Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição para o reconhecimento da representação*. REF, vol. 15, nº 02, Florianópolis, maio-ago. 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 nov. 2013.

FORUM MULHER. Disponível em: <<http://ibismozambique.org/parceiros/forum-mulher/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

GASPARETTO, V. F. *A busca por uma cidadania da imagem: organização, lutas e articulação de políticas públicas no Brasil pela Rede Mulher e Mídia*. 2014. 253 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

HARDING, S. *Ciencia y feminismo*. Ed. Morata, S.L., 1996.

LOFORTE, A. M. *Género e Poder – Entre os Tsonga de Moçambique*. Lisboa: Ela por Ela, 2003.

PEDRO, J. M. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. São Paulo: História, v. 24, N. 1, p. 77-98, 2005.

PISCITELLI, A. *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, jul/dez. 2008. p. 263-274. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247/4295>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

QUIJANO, A. *Colonialidade, poder, globalização e democracia*. Novos Rumos, 17, n. 37, 2002.

SAFFIOTI, H. *Violência estrutural e de gênero - Mulher gosta de apanhar?* In: Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2003.

SALGADO, M. P. C. *Metodología de la investigación feminista*. México: CEIHC-UNAM, 2008.

SANTOS, de S. *Do Pós-Moderno para o Pós-Colonial. E para além de um e outro*. Conferência no VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, set. 2004.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2001.

SHOHAT, E.; STAM, R. *Do Eurocentrismo ao Policentrismo*. In: _____. *Crítica Da Imagem Eurocêntrica. Multiculturalismo e Representação*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 37-58.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. *Plano Estratégico 2011-2015*. Maputo, set., 2011. Disponível em: <http://www.cipsocial.org/images/eps/ficheiros/Plano_Estrategico_MMAS.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. *Relatório de Moçambique Beijing +20 sobre a Implementação da Declaração e Plataforma de Ação*. Ministério da Mulher e da Ação Social, Maputo, abr., 2014. Disponível em:<http://www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/csw/59/national_reviews/mozambique_review_beijing20>. Acesso em 20 jun. 2016.

NOSSAS LÍNGUAS, 41 ANOS DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA: QUE PERSPECTIVAS?

*Ezra Alberto Chambal Nhampoca
Doutoranda em Linguística – UFSC*

*Docente na Secção de Línguas bantu - Departamento de Línguas
Faculdade de Letras e Ciências Sociais - Universidade Eduardo
Mondlane, Moçambique*

Ch_ezra@yahoo.com.br / ezranyampoka@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo discutir o percurso e o uso das línguas de Moçambique, ou seja, as línguas bantu de Moçambique e o Português de Moçambique que para os moçambicanos se tornou também língua de Moçambique e não mais do ex-colonizador.

Moçambique é um país africano localizado na zona austral do continente. É banhado pelo Oceano Índico, a leste; a Norte pela Tanzânia; a Noroeste – Malawi e Zâmbia; a Oeste - Zimbabwe e a Sudoeste - Swazilândia e África do Sul. A capital e a maior cidade do país é Maputo. Como sucede com a maioria dos países africanos, também é um país multilíngue e multicultural, o que proporcionam ao país uma diversidade cultural e linguística, sendo que a diversidade linguística de Moçambique é uma das suas principais características culturais. O acervo linguístico de Moçambique é formado por línguas de origem africana (Bantu), europeia, asiática e línguas do Médio Oriente, sendo as línguas de origem Bantu a maioria e as mais faladas como sustenta Patel (2006), ao referir que a maioria dos moçambicanos é bilíngue no contexto de línguas Bantu moçambicanas e por vezes, até trilingue, sobretudo dentro de um mesmo grupo linguístico. O último censo

populacional oficial no país, realizado em 2007, mostrou que Moçambique possuía 20.579.265 habitantes, 30% na zona urbana e 70% na zona rural (INE, 2010). Atualmente, o país possui cerca de vinte e dois milhões de habitantes distribuídos desigualmente pelo país (TIMBANE, 2014, p. 01). Moçambique, assim como a maioria dos países da região, é multicultural e multilíngue, sendo que a maioria da população pertence aos povos Bantu. A maior parte da população moçambicana “habita nas zonas rurais e preserva a sua cultura, hábitos, costumes e as suas línguas locais, sempre respeitando a tradição oral. Aliás, este é um fenômeno característico dos povos Bantu” (TIMBANE, 2014, p. 01).

Moçambique possui cerca de 20 línguas Bantu, faladas por 80% da população quer como língua materna quer como língua segunda (UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE, 2014). Contudo, outras fontes apontam para cerca de 40 línguas, mostrando deste modo não haver consenso quanto ao número de línguas. Para efeitos deste trabalho, opto pela perspectiva da Secção de Línguas Bantu – Universidade Eduardo Mondlane, em que se aponta que das 20 línguas mencionadas, 19 línguas são atualmente ensinadas pela Secção de Línguas Bantu da Universidade Eduardo Mondlane. Para além do Português e das línguas Bantu moçambicanas há outras línguas faladas no território, como por exemplo, as de origem europeia: francês, espanhol, inglês e alemão). As línguas de origem asiática e do Médio Oriente são: mandarim, urdu, gujurati, indi e memane. Ao passo que as línguas de origem africana são: swahili e zulu.

Apesar da maior parte da população falar línguas bantu, o português é até atualmente a única língua oficial do país, adotado como língua de unidade nacional durante a preparação e decurso da luta

armada de libertação nacional (1962-1974) e, posteriormente, como língua oficial depois da independência em 1975.

Apesar da notável preferência dos moçambicanos pelo uso das línguas bantu em relação ao português, e de a língua portuguesa ter se mantido como uma das línguas menos faladas até agora, permaneceu e permanece oficialmente como a única língua oficial de Moçambique e as línguas bantu como línguas patrimoniais, como se pode conferir abaixo, nos extratos da Constituição da República de Moçambique (CRM, 2004):

CRM- “Lei mãe” - 2004 (16/Novembro)

Sobre línguas:

Art. 9 - “O Estado valoriza as línguas Nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescentes como línguas veiculares da nossa identidade” (CRM).

Art. 10 - “Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial” (CRM).

Neste contexto as línguas bantu moçambicanas foram sendo tratadas de forma discriminada em relação ao português. A elas, de acordo com a CRM, atribui-se o estatuto de património cultural, como se de pequenos objetos, pequenas relíquias ou obras museológicas se tratassem, como se estas línguas fossem realidades abstratas e isoladas das práticas diárias de seus falantes, quando a prática, sobretudo no contexto africano, mostra que “as línguas não são realidades autônomas, pré-existentes, isoladas e abstratas, mas sim produtos de práticas sociais historicamente situadas (SEVERO, 2014, p. 11). Isso se nota, por exemplo, pelo fato de apesar de a língua portuguesa ter sido sempre colocada num lugar privilegiado pela minoria e elite governante, a maior parte dos moçambicanos continuam usando majoritariamente as

línguas Bantu, numa clara demonstração de que é através destas línguas que o povo vive o seu cotidiano e que elas são, de fato, produto de suas práticas sociais.

No artigo 10 do CRM, fica claro que o português é a língua oficial do país e, secundariamente, no artigo 09, as línguas nacionais (o que designamos, para efeitos deste trabalho por línguas bantu moçambicanas), como patrimônio cultural do país. Esta imposição do português, a língua do ex-colonizador arrastase desde o tempo colonial, em que as instituições a serviço do colonialismo português, sobretudo as missões católicas, impunham e priorizavam o Português como língua de ensino e até como meio diferenciador e de segregação (SEVERO, 2014, p.18) entre os povos colonizados. Esta situação perpetuou-se durante a luta armada, e até depois da independência do país. Como sustentam Ngunga e Bavo (2011, p.15), nos seguintes termos: “A questão de uma política linguística que reservava um lugar privilegiado à língua portuguesa já se adivinhava ainda durante o tempo da luta armada de libertação nacional quando pouco ou nada se discutia sobre o futuro das línguas moçambicanas cuja promoção era considerada nociva à unidade nacional”.

Como sugerem os autores acima, durante a luta pela independência do país, momento em que iniciaram no seio da FRELIMO², discussões sobre vários aspectos sobre a futura nação, não foi

² FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique, fundado em 25 de junho de 1962 como movimento nacionalista para lutar contra o colonialismo português pela independência de Moçambique. Depois da independência, em 25 de junho de 1975, a FRELIMO governou o país num regime monopartidário e depois do Acordo Geral da Paz, com a introdução da democracia monopartidária, transformou-se em partido político, sendo atualmente o partido no poder e a principal força política do país.

dada a devida atenção à questão de uma política linguística que abordassem paralelamente e de modo equilibrado o português e as línguas bantu moçambicanas. Prova disso é que finda a luta armada, imediatamente, Moçambique adotou o português como única língua oficial, com o argumento de que esta língua forjaria a unidade nacional e combateria o tribalismo e o regionalismo. Segundo Patel e Cavalcanti,

A adoção do Português como língua oficial no país remonta a 1962 quando foi criada a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)... A apropriação da língua do colonizador como oficial foi justificada por uma série de argumentos, sendo talvez o mais forte deles a identificação e diferenciação dos moçambicanos dos outros grupos nacionais na região. Esperava-se que o Português forjasse um novo estado-nação (PATEL e CAVALCANTI, 2013, p. 274).

Deste modo, em Moçambique, o português foi tomado como símbolo de unidade nacional na construção da nova nação e convive em situação de multilinguismo com as consideradas línguas nacionais (SEVERO, 2014, p. 18). Os governos atuais tentam impor o português como a língua da Nação e as vezes como a única língua capaz de representar a Nação, imposição essa que serve apenas a interesses políticos, ou seja, contradiz-se permanentemente com o que ocorre na prática no que se refere ao uso das línguas, pois como postula Severo (2014, p.11), “línguas não são objetos ou artefatos a serem geridos e impostos sobre as pessoas, mas são produtos das práticas sociais e da vida dialógica dessas mesmas pessoas.”

Alguns anos após a independência do país, até mais ou menos à década 90, era frequente ouvir dos professores o seguinte: *é proibido falar dialeto*³ na escola; os alunos eram sujeitos a

castigos por falar o dito *dialeto*. Outro exemplo é o fato de naquela altura, ter-se feito um grande esforço para colocar professores em regiões do país que não fossem de sua proveniência, para evitar que se comunicassem com os alunos em línguas bantu moçambicanas, sendo quase que obrigatório, que a comunicação fosse exclusivamente em português.

Sitoe (2014) aponta algumas razões que teriam justificado tal atitude em relação às línguas bantu moçambicanas. Segundo ele, reinava um pensamento segundo o qual:

Não havendo nenhuma língua moçambicana amplamente falada ao nível de todo o país e, conseqüentemente, não podendo nenhuma delas funcionar ampla e plenamente como uma única língua nacional, só o Português poderia funcionar como língua do Estado, porque etnicamente neutra e por superar parte dos problemas colocados pelas línguas moçambicanas, que incluíam a) o seu estado deficitário por falta de estudos descritivos, ortografias padronizadas, gramáticas, dicionários, etc. b) desconhecimento ou conhecimento insuficiente destas línguas por parte das elites integradas nas instituições do Estado, não as podendo, portanto, usar como línguas de trabalho em atividades oficiais, c) falta de precedentes no uso destas línguas em domínios 'altos'. (SITOE, 2014, p. 43). [Grifos da autora].

Outra questão apontada por Sitoe (2014) como fazendo parte das razões da escolha do português é fato de se ter acreditado

³ Durante o tempo colonial as línguas bantu de Moçambique eram denominadas por dialetos. Essa designação continuou nos anos pós-independência. Atualmente essa designação tende a ser cada vez mais contestada e não ser amplamente usada.

que esta língua, por ser de comunicação ampla (internacional), facilitaria a integração internacional do país.

Apesar de toda a discriminação, as línguas bantu sempre constituíram a base da comunicação dos moçambicanos, a par do português de Moçambique (PM), uma variedade que se distancia cada vez mais da variedade europeia, apesar da permanente ilusão de que o PM tem como norma o Português europeu. No processo colonizatório que Moçambique sofreu, as línguas bantu viram-se obrigadas a conviver e a se misturar com o português, o que se fortaleceu com a escolha do português como língua oficial, depois da independência do país. Dessa convivência surgiu uma variedade do português, o PM, uma outra língua, que é inútil ignorar atualmente.

A língua portuguesa foi usada como um instrumento de colonização (conquista, repressão e apagamento cultural); As línguas moçambicanas foram sujeitas, embora tenham resistido, a um genocídio linguístico, sendo designadas por categorias pejorativas tais como, dialetos, crioulos, línguas indígenas, línguas cafreais, línguas de cão, etc. O colonizado, apesar da dominação e silenciamento, pode silenciosamente, exercer formas de resistência e (re)organização de suas práticas significativas, incluindo as línguas (MARIANI, 2004). Foi o que se deu em Moçambique, as línguas só resistiram ao colonialismo e aos silenciamentos de que foram vítimas no pós independência, porque seus falantes exerceram formas de resistência e continuaram usando suas línguas.

Depois da independência, a questão linguística foi minimamente discutida em Moçambique e quase nada se discutiu sobre a

diversidade linguística. Acreditou-se que a utilização de uma língua “neutra”, no caso o português, forjaria a unidade nacional e combateria o tribalismo e o regionalismo causados pela multiplicidade das línguas bantu. Portanto, não foi pela boa ação dos governos que os falantes continuaram usando suas línguas. Este fator, bem como o acesso cada vez maior, aos espaços de poder por parte de pessoas que militam pelas línguas bantu, por exemplo, ministros, professores, entre outros líderes, a emergência de atividades que visam a promoção, valorização, harmonização das línguas africanas, a introdução do ensino bilingue, entre outros acontecimentos, mostram que aos poucos há um despertar para uma direção contrária a anterior, em que a riqueza destas línguas era permanentemente corroída por outras línguas, sobretudo as da colonização e globalização. (NTONDO, 2014).

Recentemente as línguas bantu foram introduzidas nas Rádios, Televisão, Assembleias, Universidades, Esferas oficiais do País. E, considerando que, as línguas não são apenas um instrumento de comunicação (NTONDO, 2014) nem de conhecimento apenas, mas também de mercado linguístico (BORDIEU, 1983) (comunicação) e de nova economia (OLIVEIRA, 2005), podemos afirmar que se abre para as línguas moçambicanas um espaço de intervenção.

Em termos metodológicos, o trabalho baseou-se na pesquisa bibliográfica, e usou-se também a experiência da própria pesquisadora como falante nativa de uma língua bantu eo fato de a mesma trabalhar já há cerca de uma década, na área de linguística bantu, na secção de Línguas Bantu, do Departamento de Línguas, Faculdades de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique.

Como conclusões, em jeito de recomendações, propomos que haja uma Política de Intervenção DE FATO, o que implica “estabelecer parcerias com as comunidades falantes; escutar essas comunidades, suas demandas culturais e linguísticas, colocando-se a serviço dos seus planos de futuro; qualificar suas demandas a partir de uma relação dialógica, e disponibilizar os meios técnicos para a consecução dos seus objetivos, ou seja, “Intervenção’ significa então: trabalho conjunto com as comunidades linguísticas que conformam o país” (OLIVEIRA 2005). No exercício de assessoria ao Estado e às Comunidades os linguistas devem: contribuir para que a política do Estado seja coerente com as soluções intuitivas postas em prática pelo povo/falantes (SEVERO, 2014). Deve-se incentivar o ensino, a aprendizagem e o uso contínuos das línguas bantu, ensinar às crianças e mostrar o valor das línguas bantu. Apostar-se cada vez mais e seriamente no Ensino Bilingue. Abandonar o menosprezo à questão linguística, pois ela é tão importante quanto as outras na vida de um país. Tirar as línguas do Museu, ou seja, dar uma “mexida” na constituição no que respeita às línguas, Seguir exemplos de outros países que já estão neste caminho há mais tempo. Inserir, aos poucos, as nossas línguas na produção científica. Respeitar a diversidade étnica e linguística paralelamente à construção de uma identidade nacional. Os políticos continuam com um déficit enorme no que respeita ao aspecto língua, por isso, deles, deve-se exigir responsabilidade e seriedade na definição de políticas, em particular com a questão das línguas. Eles devem ouvir os falantes, devem ouvir os académicos. O Estado como desenhador de políticas que conferem poder às línguas, deve primar por políticas que valorizam paralelamente a língua do ex-colonizador, o português e as línguas bantu, pois em Moçambique os falantes consideram que herdaram a língua do ex-colonizador a têm como

sua herança histórica, reveidincam apenas que o alto estatuto desta língua seja extensivo às línguas bantu (SITOE, 2014). E por fim, os linguistas devem militar por estudos linguísticos e políticas linguísticas envolvendo as línguas bantu, pois entendemos que fazer linguística em África, deve implicar ser político de língua.

Palavra-chaves: Línguas bantu, Moçambique, política linguística de intervenção, português de Moçambique.

Referências

BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, R. *Bourdieu – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais – Sociologia. Vol. 39. São Paulo: Ática, 1983.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA- MOÇAMBIQUE. *Censo Geral da População e Habitação*. 2010.

MARIANI, B. *Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI e XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes, 2004.

MOÇAMBIQUE. *Constituição da República de Moçambique*: promulgada em 16 de novembro de 2004. Artigos 09 e 10 dispõe sobre línguas nacionais e língua oficial. Disponível em: <<http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

NGUNGA, A.; BAVO, N. *Práticas Linguísticas em Moçambique: avaliação de vitalidade linguística em seis distritos*. Maputo: Centro dos estudos Africanos, 2011.

NTONDO, Z. *Línguas Africanas em tempos de mudança*. Seminário internacional acolhendo as línguas africanas, Salvador – Bahia, 22 a 26 de setembro de 2014.

NHAMPOCA, E. *O Changana como língua transnacional na África*

Austral. In: Papia (em avaliação)

OLIVEIRA, G. *Política Linguística na e para além da Educação Formal*. Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), Estudos Linguísticos XXXIV, Florianópolis, p. 87-94, 2005.

PATEL, S.; CAVALCANTI, M. O Caso do Português em Moçambique: unidade nacional com base em educação bilingue e intercompreensão. In: MOITA LOPES, L. P. *O Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 274-296.

SEVERO, C. Línguas e Estados Nacionais: problematizações históricas e implicações. In: SERRA, C. (Org.). *Estão as Línguas Nacionais em Perigo?* Cadernos de Ciências Sociais. Maputo: Escolar Editora, 2014, p. 09 – 36.

SITOE, B. Línguas Moçambicanas, Como Estamos? In: SERRA, C. (Org.). *Estão as Línguas Nacionais em Perigo?* Cadernos de Ciências Sociais. Maputo: Escolar Editora, 2014, p. 37-75.

TIMBANE, A. *Análise sóciodiscursiva da “saudação” do grupo étnico-linguístico Tsonga de Moçambique*. Educação, Cultura e Sociedade, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 90-105, jul./dez. 2014.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. *Secção de Línguas Bantu*. Folheto de apresentação da secção, 2014.



2ª MESA: INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

**PANORAMA GERAL DA AQUACULTURA EM
MOÇAMBIQUE**

Manecas Baloi

*Doutorando em Aquacultura - Laboratório de Piscicultura Marinha
Centro de Ciências Agrárias,
Universidade Federal de Santa Catarina
cmbaloi@gmail.com*

A aquacultura representa uma forma alternativa de se explorar os ambientes aquáticos marinhos e continentais e as espécies que neles habitam. É uma das atividades do ramo de produção animal que mais cresce no mundo, com uma taxa média de crescimento de 8,6 % ao ano, entre 1980 e 2012. O objetivo deste trabalho foi de descrever o panorama geral da aquacultura em Moçambique. A aquacultura em Moçambique é uma atividade relativamente nova. O cultivo de espécies de água doce como a tilápia existe há muitas décadas (desde 1950), porém o cultivo de espécies marinhas emergiu ao longo dos últimos anos. A indústria aquícola consiste no cultivo comercial de camarão e algas marinhas, enquanto que a artesanal consiste na produção de tilápia. O potencial para o desenvolvimento da aquacultura em Moçambique é enorme podendo se destacar a extensa linha de costa e existência de recursos hídricos (lagos, lagoas, rios e barragens); condições climáticas favoráveis (clima tropical e subtropical); posição geográfica privilegiada e com facilidade de escoamento dos produtos aquícolas; existência de espécies nativas com potencial para cultivo e de 258 000 ha para a prática de aquacultura de água doce e 120 307 ha para aquacultura marinha; o país é relativamente impoluto com baixa pressão populacional sobre os recursos; ademais, o país pos-

sui uma política e estratégia de desenvolvimento da aquacultura bem como um decreto que regula e estabelece os critérios para o desenvolvimento da atividade. Apesar de todo esse potencial, são apontados como razões para o fraco desenvolvimento da atividade a falta de conhecimento dos recursos e potencialidades; de pessoal especializado; de pesquisa e de disseminação da tecnologia; fraca estrutura administrativa e de fomento; apoio financeiro inadequado; ausência de fábricas de ração e de laboratórios de produção de larvas; limitação na comercialização, no conhecimento e acesso ao mercado; fraca colaboração interinstitucional e quadro legal e normativo que não responde aos desafios atuais. A aquacultura em Moçambique pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento socioeconômico: fonte barata de proteína animal; melhoria da dieta alimentar da população; segurança alimentar e nutricional; criação de postos de trabalho; geração de renda e promoção do desenvolvimento regional e contribuição para o Produto Interno Bruto.

Palavras-chave: Aquacultura, espécies nativas, Moçambique, sistemas de cultivo.

Referências

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *The State of World Fisheries and Aquaculture*. Rome: FAO, 2012. Disponível em: <www.fao.org/fishery/countrysector/naso_mozambique/en>. Acesso em: 05 jun. 2016.

MINISTÉRIO DAS PESCAS; INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AQUACULTURA. *Atualização de Zonas Potenciais para Aquacultura Marinha em Moçambique*. 2008.

MINISTÉRIO DO MAR, ÁGUAS INTERIORES E PESCAS (Moçambique). Disponível em: <www.mozpesca.gov.mz>. Acesso em: 05 jun. 2016.

ESTUDOS SOBRE O DESEMPENHO DE COMPRESSORES UTILIZADOS EM SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO

Marco Carrilho Diniz

Doutorando – Departamento de Engenharia Mecânica (UFSC - CTC)

*Mestre em Engenharia Mecânica com ênfase em Ciências Térmicas
(UFSC)*

marcodiniz86@gmail.com

Nas últimas décadas, a necessidade pelo aumento da eficiência energética tem sido impulsionada tanto por fatores econômicos quanto por questões ambientais (BARTHER; GÖTZ 2012). Hoje em dia, os sistemas de refrigeração, essenciais tanto em aplicações domésticas quanto industriais, são responsáveis por grande parte do consumo da energia elétrica produzida no planeta (EPE, 2012). De forma geral, os sistemas de refrigeração têm como função manter a temperatura de um produto ou ambiente em níveis controlados. Os sistemas de refrigeração mais conhecidos e difundidos são, certamente, o refrigerador doméstico e o condicionador de ar (ASHRAE, 2006). Estes sistemas funcionam com base em um ciclo de refrigeração por compressão mecânica de vapor, que tem como componente principal o compressor (GOSNEY, 1982). O compressor, muitas vezes chamado de “motor” do sistema, é o principal consumidor de energia elétrica dos refrigeradores. Desta forma, estudos para aumentar a sua eficiência têm impacto direto sobre o consumo de energia dos refrigeradores e condicionares de ar e, conseqüentemente, geram economia nos gastos de geração e distribuição e benefícios em termos de preservação do meio ambiente (CHUA et al, 2013) Este trabalho tem como objetivo geral a otimização da performance de compressores levando em conta suas reais condições de operação, de forma a auxiliar

no projeto de refrigeradores e sistemas de condicionamento de ar mais eficientes (DINIZ; DESCHAMPS, 2016). O conhecimento gerado durante uma atividade de pesquisa desta natureza pode ser estendido para máquinas térmicas no geral, comumente utilizadas em sistemas de produção e distribuição de energia, sistemas de distribuição de água e equipamentos de transporte.

Palavras-chave: Compressor, eficiência energética, refrigeração, refrigerador doméstico.

Referências

ASHRAE. *Handbook - Refrigeration*. Atlanta: ASHRAE, 2006.

BARTHER, C.; GÖTZ, T. (2012). *The overall worldwide saving potential from domestic refrigerators and freezers*. Wuppertal, Germany. Wuppertal Institute for Climate, Environment and Energy, 2012.

CHUA, K. J. et al. *Achieving better energy-efficient air conditioning – A review of technologies and strategies*. Appl. Energy, 2013. p. 87-104.

DINIZ, M. C.; DESCHAMPS, M. C. *Performance Analysis of a Reciprocating Compressor under Typical Transients of Refrigeration Systems*. In: Proc. Int. Compressor Engineering Conference at Purdue University, (paper 1330). West Lafayette, USA, 2016.

DINIZ, M. C.; DESCHAMPS, M. C. *Comparative Analysis of Two Types of Positive Displacement Compressors for Air Conditioning Applications*. In: Proc. Int. Compressor Engineering Conference at Purdue University, West Lafayette, USA, 2016.

EPE. *Avaliação da eficiência energética para os próximos 10 anos (2012-2021)*. Série Estudos de Demanda. Rio de Janeiro, 2012.

GOSNEY, W. B. *Principles of refrigeration*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1982.

APLICAÇÕES BIOMÉDICAS DE ARGILAS FUNCIONALIZADAS

Domingos Lusitâneo P. Macuvele^{a,b};

J. V. Matsinhe^{a,c}; J. Nones^a; C. Soares^a; M. A. Fiori^d; H.G. Riella^a
^aUniversidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

^bUniversidade Pedagógica- Moçambique

^cUniversidade Eduardo Mondlane- Moçambique

^dUniversidade Comunitária de Chapecó, Brasil
lusitaneom24@gmail.com

Os argilo-minerais são um dos materiais terrestres mais antigos utilizados para fins de cura na medicina tradicional. Populações indígenas de todo mundo têm vindo a utilizar argilas para fins curativos e protetores. Com o avanço da ciência e da tecnologia, as vantagens da aplicação das argilas nas indústrias têm sido exploradas (GHADIRI; CHRZANOWSKI; ROHANIZADEH, 2015). Estes materiais possuem propriedades físico-químicas específicas, como elevada reatividade superficial (absorção e capacidade de troca catiônica), capacidade de inchamento, ótimo comportamento reológico, e uma boa capacidade de dispersar a água, que torna as argilas adequadas para diferentes aplicações biológicas, incluindo produtos farmacêuticos, cosméticos, medicina veterinária (NONES et al., 2015; NONES et al., 2016), biomateriais e biossensores (RUIZ-HITZKY et al., 2010). A funcionalização das argilas melhora as propriedades estruturais abrindo desta forma o leque das aplicações. Atualmente um dos problemas que o mundo enfrenta são os problemas ósseos, estes podem ser atenuados por medicamentos e quando estes já não fazem o efeito desejado um procedimento cirúrgico com o objetivo de remover o osso danificado por um material sintético

é realizado. Geralmente estes materiais são feitos de polímeros e seus compósitos, ligas metálicas e materiais cerâmicos, porém estes materiais possuem alguns problemas que acabam prejudicando o paciente após o procedimento cirúrgico. A incorporação de argilas funcionalizadas nestes materiais pode ser uma alternativa para desenvolvimento de novos materiais melhorados para aplicações biomédicas.

Palavras-chave: Aplicações biomédicas, argilas funcionalizadas.

Referências

GHADIRI, M.; CHRZANOWSKI, W.; ROHANIZADEH, R. *Biomedical applications of cationic clay minerals*. RSC Advances, 2015.

NONES, J. et al. *Thermal treatment of bentonite reduces aflatoxin b 1 adsorption and affects stem cell death*. Materials Science and Engineering: C, 2015. p. 530-537.

NONES, J. et al. *Organophilic treatments of bentonite increase the adsorption of aflatoxin B 1 and protect stem cells against cellular damage*. Colloids and Surfaces B: Biointerfaces, 2016. p. 555-561.

RUIZ-HITZKY, E. et al. *Hybrid materials based on clays for environmental and biomedical applications*. Journal of Materials Chemistry, 2010.

USO DE CINZAS DE CARVÃO MINERAL NA SÍNTESE DE MATERIAIS DE MAIOR VALOR AGREGADO

Matsinhe^{1,2}, J. V.; Macuvele^{1,3}, D. L. P Riella¹, H. G.

¹Universidade Federal de Santa Catarina

²Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique

³Universidade Pedagógica – Moçambique

jvmatsinhe@gmail.com

O estudo de aplicações de cinzas pesadas de carvão mineral, provenientes das centrais térmicas, é de grande importância para a valorização de resíduos e preservação do meio ambiente. Estas cinzas se dividem em duas categorias, volantes ou leves, as que são arrastadas pelos gases de combustão, e pesadas, as que ficam no fundo da caldeira (WIDIASTUTI et al. 2014). Majoritariamente, são compostas de silício (Si) e alumínio (Al) na forma de aluminossilicatos (Si-Al), com presença de algumas frações de carbono não queimado (ACAR; ATALAY 2016; SINGH et al., 2016; AKINYEMI et al., 2012). Silício e alumínio atuam como matérias-primas para síntese de vários materiais (QUEROL et al., 2001). Nesta perspectiva, o presente trabalho visa o estudo e apresentação de técnicas de conversão de cinzas pesadas na síntese de matérias de maior valor agregado (zeólitas, geopolímeros e vidros). No entanto, com essas técnicas espera-se que sejam implementadas, não somente em projetos de sustentabilidade, mas também, em projetos de base de desenvolvimento em Moçambique, pois, o país tem sido centro de atenções em termos de reservas mundiais de carvão mineral (MACIE, 2015). Como conclusão, verificou-se que a aplicação das cinzas pesadas tem sido um sucesso na escala laboratorial, portanto, a implementação

dessa tecnologia é fundamentada pelo consumo sustentável de recursos minerais.

Palavras-chave: Cinzas, vidros, zeólitas.

Referências

ACAR, I.; ATALAY M.U. *Recovery potentials of cenospheres from bituminous coal fly ashes*, *Fuel* 180, 2016. p. 97–105.

AKINYEMI, S. A. et al. *Mineralogy and Geochemistry of Sub-Bituminous Coal and Its Combustion Products from Mpumalanga Province, South Africa*. Analytical chemistry 46-70, INTECH 2012.

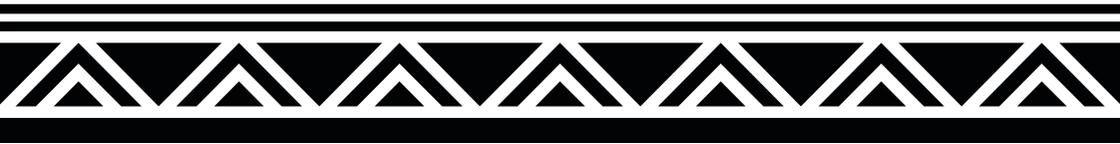
MACIE, A. E. A. *Mineração de carvão na bacia carbonífera de moatize, provincial de Tete – Noroeste de Moçambique: Uma análise socioambiental*. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em) – Programa de Pós-graduação em , Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

QUEROL, X. et al. *Synthesis of zeolites from fly ash at pilot plant scale: Exemples of pontencial applications*. *Fuel*, v. 80, 2001. p. 857.

SINGH, M.; SIDDIQUE, R. *Effect of coal bottom ash as partial replacement of sand on workability and strength properties of concrete*. *Journal of Cleaner Production*, v. 112, 2016. p. 620-630.

WIDIASTUTI, N. et al. *Synthesis of zeolite X-carbon from coal bottom ash for hydrogen storage material*. *Research Article. Adv. Mat. Lett.* v. 5, n. 8, 2014, p. 453-458.





À MESA: LÍNGUAS, EDUCAÇÃO, LITERATURA E CULTURA EM MOÇAMBIQUE

LÍNGUA E PODER EM MOÇAMBIQUE

Cristine Gorski SEVERO
(Universidade Federal de Santa Catarina/ Brasil)
crisgorski@gmail.com

Esta apresentação visa analisar a questão linguística em Moçambique a partir de uma perspectiva histórica e crítica, colocando em tela a maneira como os conceitos de língua foram cuidadosamente construídos a partir de um dispositivo colonial complexo, que integrou línguas, sujeitos, terras e modos específicos de ver, estar e compartilhar o mundo (SEVERO; MAKONI, 2014; MAKONI; MEINHOFF, 2004; FARDON; FURNISS, 1993). Esse dispositivo (FOUCAULT, 1997) agrupou religião, Estado e capitalismo de formas específicas, enredando as línguas a serviço de um projeto de governo e de apropriação do Outro, produzindo, entre outros, variadas formas de silenciamento dos povos locais (IRVINE, 2008; CAMAROFF, 1991). O interesse pelas línguas dos povos considerados nativos viabilizou e legitimou o uso de técnicas linguísticas coloniais que deixaram seus efeitos em práticas pós-independência. Assim, ao se indagar, contemporaneamente, a respeito da sobrevivência ou não das “línguas nacionais” em Moçambique (CHIMBUTANE, 2013; FIRMINO, 2008; GONÇALVES, 2000), é preciso considerar as relações de poder que atravessaram as práticas comunicativas historicamente constituídas (SEVERO; MAKONI, 2014). As línguas assumem existência em práticas locais de interação e convivência social, de modo que qualquer política linguística que se imponha verticalmente sobre as sociedades, mesmo que

em nome da preservação de línguas ditas minoritárias, enfrenta grandes desafios e limitações. Assim, defende-se que uma política linguística deve ampliar os conceitos de língua para incorporar uma política que proponha, acima de tudo, a garantia de existência das diferentes formas de expressão linguística e cultural dos diferentes grupos étnicos em uma dada sociedade.

Palavras-chave: Colonialismo, história, línguas nacionais, poder.

Referências

CAMAROFF, J. *On revelation and revolution: Christianity, colonialism and consciousness in South Africa*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

CHIMBUTANE, F. *Can sociocultural gains sustain bilingual educational programs in postcolonial contexts? The case of Mozambique*. In Jo Arthur Shoba & Feliciano Chimbutane. *Bilingual Education and Language Policy in the Global South*. New York: Routledge, 2013, p. 124-145.

FARDON, R.; FURNISS, G. *African languages, development and the state*. London/New York: Routledge. 2013.

FIRMINO, G. *A situação do português no contexto multilíngue de Moçambique*. São Paulo: FFLCH/USP, 2008. Disponível em <www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/06.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 26. ed. São Paulo: Graal, 1997.

GONÇALVES, P. (Dados para a) *História Da Língua Portuguesa Em Moçambique*. Instituto Camões. 2000. Disponível em <<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/portuguesmocambique.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

IRVINE, J. *Subjected words: African linguistics and the colonial encounter*. Language and Communication, 28, 2008. p. 323-324.

MAKONI, S. B.; SEVERO, C. G. *Lusitanization and Bakhtinian perspectives on the role of Portuguese in Angola and East Timor*. Journal of Multilingual and Multicultural Development, v. 1, 2014, p. 1-12.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. *Disinventing multilingualism: From monolingualism to multilingualism and back again*. In: Martin-Jones, M.; Blackledge, A.; Creese, A. (orgs). The Routledge Handbook of Multilingualism. Londres: Routledge, 2001.

MAKONI, S.; MEINHOF, U. *Western perspectives in applied linguistics in Africa*. AILA Review, 17, 2014. p. 77-105.

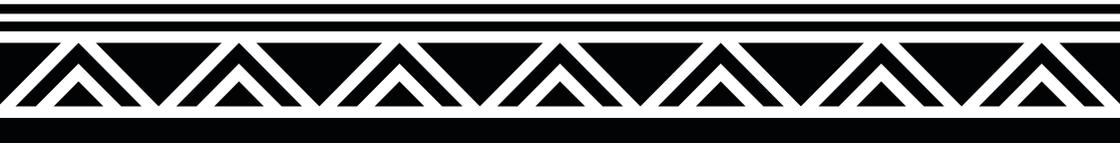
SEVERO, C. G.; MAKONI, S. B. *Discourses of Language in Colonial and Postcolonial Brazil*. Language & Communication, 34, 2014, p. 95-104.

MAKONI, S. B.; SEVERO, C. G. *Lusitanization and Bakhtinian perspectives on the role of Portuguese in Angola and East Timor*. Journal of Multilingual and Multicultural Development, v. 1, 2014, p. 1-12.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. *Disinventing multilingualism: From monolingualism to multilingualism and back again*. In: Martin-Jones, M.; Blackledge, A.; Creese, A. (orgs). *The Routledge Handbook of Multilingualism*. Londres: Routledge, 2001.

MAKONI, S.; MEINHOF, U. *Western perspectives in applied linguistics in Africa*. AILA Review, 17, 2014. p. 77-105.

SEVERO, C. G.; MAKONI, S. B. *Discourses of Language in Colonial and Postcolonial Brazil*. Language & Communication, 34, 2014, p. 95-104.



“SABEM QUANTOS TONS DE VERDE TÊM EM SÃO TOMÉ?": MINHAS CONVERSAS COM MALANGATANA NGWENYA

*Roselete Fagundes Aviz
Doutora em Linguagem: Língua Portuguesa e Literatura
Professora de Práticas de Ensino – UDESC
roseaviz@yahoo.com.br*

Primeiramente, gostaria de iniciar a conversa com uma canção cuja indagação se colocou em minhas reflexões e que se apresenta no título dessa exposição, para, então, chegar à temática que me foi sugerida na mesa: “Línguas, Educação, Literatura e Cultura em Moçambique”.

*Salani, salani, salani vamakwerhu⁴
Oh salani ...
Salani Kunene São Tomé[...]*

É o canto de despedida daqueles que eram mandados pra São Tomé, como escravos⁵! Mas em São Tomé fizeram coisas tão bonitas, o cacau, naquela terra tão verde!

Sabem quantos tons de verde tem em São Tomé?

Noventa e dois tons.

Rica terra. Fomos, sim, como escravos, mas hoje deixamos São Tomé, um país lindo que produz cacau. Foram os nossos bisavôs que o fizeram também com o canto de desporto, com o canto de elevar o corpo a cantar para não sentir a dor.

⁴ Canção em changana que diz: adeus, adeus, adeus irmãos/companheiros/Oh, adeus/Adeus propício São Tomé [...]

⁵ Escravos no sentido diferente dos que vieram ao Brasil. Para São Tomé eram enviadas pessoas que não pagavam impostos ou qualquer coisa do gênero.

*O canto não é instrumento musical simples. Cantar é também comunicar-se com todos os cantos do mundo, falando o idioma mais antigo do mundo.[...]*⁶

Dos diálogos com Malangatana Ngwenya o que mais me chamou a atenção é que sendo uma pessoa tão ligada à tradição, ao mesmo tempo em que a valorizava tanto, entendia que tradição e inovação na eram categorias dicotômicas. Para ele, era necessário estabelecer entre elas uma conversa. Ao me permitir a convivência nas culturas daquele país é que, aos poucos, fui adensando as perguntas que me levaram a querer aprofundar os estudos sobre tal temática no sentido de buscar estabelecer estratégias que favorecessem o diálogo entre as polaridades do conflito tradição versus inovação. Exímio contador de histórias, acreditava que essas lhe chegavam por via de vozes antigas. Por essa razão afirmava: “somos comandados a distância”. Tais vozes eram manifestas na intimidade do contexto de cada família.

Os “noventa e dois tons de verde” referentes a São Tomé o inspiravam nas conversas sobre a diversidade. Em se tratando da Educação, para ele, um projeto educacional necessitava aprender que somos muitos e diversos: “não abandonar a tradição, mas também não se fixar na tradição”, ou “só que quem despreza a tradição, despreza sua língua, sua cultura.” Dizia ainda: “eu vou propor que se quiseres ir à escola, assistires aula onde só a língua portuguesa é utilizada e depois ires a uma turma de educação bilíngue. Vais ver que, enquanto na língua portuguesa as crianças, certamente estarão caladas, na educação bilíngue vais sentir a vida.”. E era neste ponto que parava, pensava e considerava:

⁶ *Fragmentos das descrições das conversas com Malangatana Ngwenya. Cadernos de Viagem, 2010.*

“Língua é direito, inclusive a língua portuguesa, porque, ao contrário, já começamos com desigualdades.”

Para Malangatana, Moçambique estava em um momento de euforia em relação ao crescimento e ao futuro. Porém, na ânsia de construção do futuro tinha abandonando o passado. Falava-me disso com muita tristeza e, por diversas vezes me convidava a apostar nas crianças para trazer de volta o que a nação em seus projetos de construção de futuro havia perdido, uma vez que não se pode deixar de valorizar o passado naquilo que ele tem de potencialidade para contribuir com a construção do futuro.

De sua boca ouvi as seguintes palavras:

*Tu que estudaste podes produzir algo para que possas encontrar o eco e sempre a dignidade de utilizar o **conhecimento atual da ciência**, usando a **base anterior mais bruta** (não estou falando bruto no sentido negativo) da pureza. O grande professor utiliza as coisas naquela pureza, mas ao mesmo tempo diz: eu quero que as pessoas saibam que a partir daquilo que está aqui escondido nessa cabaça (no sentido figurado, né?) faz a explosão.⁷ [...]*

Ou ainda:

Acho que aquilo que estás a fazer hoje é utilizar inteligentemente uma parte política para a política educativa, para não deixar que as pessoas também fiquem só a viver o ontem e fugir ao desenvolvimento científico. Porque não há dúvida nenhuma de que aquilo que é a pureza da vida das pessoas também corta um pouco o

⁷ Transcrição de fragmentos das conversas desta pesquisadora com Malangatana Ngwenya, em março de 2010.

desenvolvimento da ciência. Ou é uma Ciência que se encontra dentro de uma cabaça e que é preciso que seja tirada da cabaça por um grupo de inteligentes para trazer cá pra fora e dizer: hoje em dia, nós podemos ver as coisas de outra maneira.⁸ [...]

Ao falar da importância dos saberes da cultura e sua inserção na escola, dizia-me que, no contexto de uma pesquisa que tinha como principal objeto as poéticas da oralidade, era necessário reaprender a escutar. Algo que, como dizia ele, “muito antigamente”, se ensinava às crianças e que todos sabiam que essa era uma aprendizagem demorada. A aprendizagem da escuta, para ele, era uma das principais potencialidades da tradição oral. E ao se referir à importância da tradição oral, falava: “não é só empilhar uma coisa em cima da outra”⁹. Para esse artista, tanto a escuta como a tradição oral têm a ver com o tempo, não com o conteúdo. Podemos verificar o pensamento do artista também nas palavras de Bhabha ao citar Lyotard:

[...] eis a grande diferença do desejo do Ocidente “esquecer o tempo e preservar, acumular conteúdos; transformá-los no que chamamos história e pensar que ela progride porque acumula. Nada se acumula, ou seja, as narrativas devem ser repetidas o tempo todo porque são esquecidas todo o tempo. Mas o que não é esquecido é o ritmo temporal que não pára de enviar as narrativas para o esquecimento [...]”¹⁰

⁸ *Transcrição de fragmentos das conversas desta pesquisadora com Malangatana Ngwenya, em março de 2010.*

⁹ *Transcrição de fragmentos das conversas desta pesquisadora com Malangatana Ngwenya, em março de 2010.*

¹⁰ *Ibidem.*

Para o mestre, então, não perder a dimensão da narrativa na educação das crianças consistia o grande desafio. Este era o ponto no qual nos encontrávamos. Os países da América Latina, assim como os países do continente africano, são plenos de relatos mágicos e fantásticos que, inclusive, os constituem culturalmente. Assim, refiro-me, para exemplificar, à fala de Hommi Bhabha (1998), de que fundar uma nação é também narrá-la. Os relatos dos viajantes europeus, no início das colonizações são a maior prova dessa constatação.

É nesse contexto no qual se podem situar as posições de Malangatana sobre tradição e inovação que situo a experiência em Moçambique como base às reflexões que venho fazendo a partir da aproximação com núcleo de pesquisa sediados na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialmente os grupos: Infância, Comunicação, Cultura e Arte – NICA e Núcleo de identidades e Relações interétnicas - NUER; pesquisas essas sempre voltadas para a relação entre cultura, identidades, etnia e a educação, especialmente com o foco na formação de professores para a educação básica.

Especificamente nas reflexões em torno da palavra, da performance e das mídias eletrônicas, tal experiência me permitem perguntar: como os aspectos das poéticas da oralidade e sua relação com as mídias impactam a formação de produção e reprodução da realidade social das crianças? Como as crianças de diferentes realidades refletem sobre esse processo? Como ajudar a transformar o que já sabemos sobre a relação das crianças com a cultura das mídias em referências e inspirações para o trabalho de ensino em sala de aula com (e não apenas para) as crianças? Como conhecer os modos de produção e reprodução cultural das



crianças e identificar os processos simbólicos postos em ação, no momento de apropriação e reinscrição da cultura do “outro”, nos seus próprios modos de conhecimento e comunicação do real? Essas questões parecem-me, dizem respeito à promoção da autoria infantil nas linguagens que fazem parte do mundo em que as crianças de fato vivem hoje, dialogando tanto com a presença da cultura das mídias em seu cotidiano como com as referências tradicionais de cada contexto cultural. E se nas poéticas da oralidade há que se dar atenção à canção, como insistia Malangatana:

Yo¹¹ mamana yo¹²
Yo Tatana yo
Angafamba anisiya
Anisiyela wusiwana

Esta foi a canção que entoei, aqui no Brasil, em 05 de janeiro de 2011, quando recebi uma chamada de Moçambique, avisando-me que o meu amigo pintor havia nos deixado. E é na força dessa canção que o reverenciarei sempre com minhas palavras e com minha voz. Verei Malangatana sempre. Minha escuta estará sempre aberta para tudo o que me ensinou. E lembrando as palavras de Mia Couto na despedida do nosso mestre e amigo, peço uma licença poética para com ele dizer: “esse homem se inscreveu tanto na nossa vida que não há ausência que tenha o seu tamanho”.

Palavras-chave: São Tomé, Malangatana, Moçambique.

¹¹ *Interjeição que expressa dor*

¹² *Canção em Ronga, uma das três principais línguas do Sul de Moçambique, que diz:*

Ai, minha mãe,

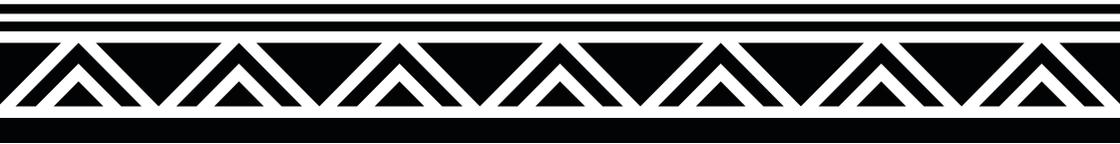
Ai, meu pai, que se foram

Deixando-me na tristeza

Referências

BHABHA, H. K. *O Local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

SOUZA, R. F. de A. de. *Khilá (des)encontros da voz na travessia Brasil-Moçambique*. 2012, 457 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.



MOÇAMBIQUE TRADUZIDO POR SUAS ESCRITORAS

Simone Pereira Schmidt

Profa.

Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da UFSC

simonepschmidt@gmail.com

Noémia de Sousa e a poesia do tempo colonial¹³

Quando Paul Gilroy (2001) defende a centralidade da música na cultura do Atlântico Negro, espaço de profundas trocas culturais e identitárias, resultante das rotas diaspóricas dos africanos, fruto da escravidão e seus desdobramentos históricos, parece responder aos versos de Noémia de Sousa que, marcantes, ecoam em nossos ouvidos: “Tirem-nos tudo/mas deixem-nos a música!” (SOUSA, 1988, p. 37).

De fato, o conhecido poema da escritora moçambicana, realizado no calor de um dos mais decisivos momentos de preparação do processo que resultaria na independência das então colônias portuguesas em África, afina-se perfeitamente com a reflexão de Gilroy, assim como de outro conhecido estudioso das questões pós-coloniais, Stuart Hall (2003, p. 342), para quem a música foi possivelmente o efetivo patrimônio cultural dos povos da diáspora africana.

O poema, já em seu título, nos remete ao ambiente colonial, pois a “Súplica” enunciada dirige-se, pelo que se depreende da leitura

¹³ *Uma versão anterior deste artigo foi publicada sob o título “Rotas (trans) atlânticas na poesia africana do tempo colonial: o caso Noémia de Sousa”. Abril, Niterói, v. 4, p. 23-30, 2011.*

dos versos, aos colonizadores, detentores de direitos espúrios sobre a vida dos povos africanos. No discurso do eu poético, subjaz a tensão que Gilroy identificou como um “terror racial” sempre reafirmado nas expressões culturais afro-atlânticas, como “traços residuais” da “expressão necessariamente dolorosa” da memória escrava (GILROY, 2001, p. 158). Nos versos de Noémia, revela-se a presentificação dessa memória, ao lermos as desdobradas súplicas do sujeito lírico: “Tirem-nos a terra em que nascemos”¹⁴; “Tirem-nos a luz do sol que nos aquece”; “tirem-nos a palhota”; “tirem-nos a machamba que nos dá o pão”; “tirem-nos o calor do lume”; “Podem desterrar-nos”, “[...] vender-nos como mercadoria / acorrentar-nos/ à terra; “Tirem-nos tudo”.

Mas o que fica patente no poema é o poder reintegrador da música, que por sua ação pode devolver o perdido e o arrancado:

Que onde estiver nossa canção
mesmo escravos, senhores seremos;
e mesmo mortos, viveremos,
e no nosso lamento escravo
estará a terra onde nascemos,
a luz do nosso sol,
a lua dos xingombelas,
o calor do lume
a palhota que vivemos,
a machamba que nos dá o pão!

E tudo será novamente nosso,
ainda que cadeias nos pés
e azorrague no dorso. [...] (SOUSA, 1988, p. 38)

¹⁴ Esta e as demais citações deste parágrafo são fragmentos de versos do poema “Súplica” (SOUSA, 1988, p. 37-38).

Este potencial de construção de um canto paralelo de sobrevivência à dor e à morte, de resistência que anuncia um outro momento histórico, encontra-se ainda mais elaborado em outro poema de Noémia, este ainda mais simbólico de toda a efervescência cultural e política de que fizeram parte a poetisa e tantos outros intelectuais africanos, que nos anos 50 do século XX davam partida, mormente a partir do exílio, para o espírito de liberdade que configuraria posteriormente a luta pela independência de seus países. Trata-se do poema “Deixa passar o meu povo” (SOUSA, 1988, p. 57-59), que, em tom algo épico, celebra a chegada de uma consciência transnacional, em consonância com os caminhos que assumiria o tema da negritude no modernismo estético-político afro-americano.

Neste poema, a música está novamente presente, e desta vez desempenhando o papel fundamental de elo de ligação entre as diferentes margens do Atlântico Negro. O eu poético escuta, na morna noite de Moçambique, o chamado de seus irmãos norte-afro-americanos, que entoando um *spiritual* originário do sul dos Estados Unidos, evocam o sofrimento do povo eleito na Bíblia, em seu momento crucial de fuga do cativeiro no Egito, tal como está relatado no Êxodo. “Let my people go”, diz o refrão, ecoando nas paredes do Harlem e na “casa de madeira e zinco” em Moçambique. Nesta mesma casa se fundem os “sons longínquos de marimba”, vindos não se sabe de onde, talvez da rua em frente, talvez de um passado mítico onde jazem os ancestrais, e a canção no rádio, marca de modernidade, que traz as “vozes da América” para remexer alma e nervos do eu poético.

O *spiritual*, que chega à casa em Moçambique através das poderosas vozes de Paul Robeson e Marian Anderson, é um



ícone fundamental da geração de artistas negros, que, a partir do Harlem, e especialmente nos anos 1930, deu corpo a uma intensa produção artística e cultural que ficou conhecida como a *Black Renaissance*. Música, artes plásticas, literatura, constituíram discursos onde se construiu este novo sujeito negro, fruto de um momento político para o qual confluíram as experiências dos intelectuais negros das Américas, do Caribe e da África. O *the new negro movement* agregava essas experiências diaspóricas, constituindo, através de seus discursos estéticos e políticos, “um espaço de forte identificação” (ARAÚJO, 2008, p. 152) com base na história compartilhada da escravidão e da “sua total exclusão da sociedade política moderna” (GILROY, 2001, p. 164).

No cerne desse processo de identificação encontrava-se a experiência do enfrentamento das desigualdades, sociais e raciais. Por isso, a poetisa diz: “Dentro de mim soam-me Anderson e Paul /e não são doces vozes de embalo”. Longe de ser acalentada pelo doloroso canto dos músicos afro-americanos, o sujeito poético sente-se provocado por eles, a, “nervosamente”, sentar-se à mesa, e escrever.

É a experiência histórica compartilhada o ponto de ancoragem a partir do qual o sujeito poético, ouvindo as vozes de seus irmãos afro-americanos, Marian e Robenson, apercebe-se da necessidade de rejeitar os modelos impostos pelo colonialismo:

E enquanto me vierem de Harlem
vozes de lamentação
e os meus vultos familiares me visitarem
em longas noites de insónia,
não poderei deixar-me embalar pela música fútil
das valsas de Strauss. (SOUSA, 1988, p. 58-59).

Os versos sinalizam para a construção uma outra história, uma história de resistência e recusa das “premissas estéticas etnocêntricas da modernidade” (GILROY, 2001, p. 164), formulando os esboços daquilo que Walter Mignolo viria a chamar um “paradigma outro”, ou seja, “o pensamento de um sujeito que não quer que lhe dêem a liberdade, mas que quer tomá-la por si mesmo, construindo seu próprio projeto num paradigma outro, e não [se] não deixar atar ao paradigma da modernidade” (MIGNOLO, 2003, p. 31), esgotado em seu potencial desigual de liberação.

Contagiado pelas vozes que vêm do Harlem, e que a vigiam “pelo olho luminoso do rádio”, o sujeito poético toma impulso para se debruçar à mesa, e, acompanhada por seus vultos tutelares, cumprir o ofício da escrita:

Todos se vêm debruçar sobre o meu ombro,
enquanto escrevo, noite adiante,
com Marian e Robeson vigiando pelo olho luminoso do
rádio
— «let my people go» / Oh let my people go. (SOUSA,
1988, p. 58).

Neste momento a distância entre Moçambique e a América se apaga. De seu exílio simbólico de sujeito colonizado, sozinha na noite morna de seu país, a poetisa escreve, e sua escrita é um discurso em contraponto, no sentido atribuído por Edward Said à experiência contrapontística do exilado (SAID, 2003, p.53), que tem o poder de estar em dois lugares ao mesmo tempo, por meio de uma “consciência de dimensões simultâneas”. Assim, o mundo dolorosamente cindido do sujeito colonizado, tal como diagnosticou Fanon (1979, p. 27-32), se converte, pela música e pela poesia, numa experiência estética libertadora em

contraponto: lá e cá, vozes de lamento e revolta se erguem para exclamar “let my peole go”, “deixa passar o meu povo”.

Dentro da mesma ambiência dos movimento cultural modernista afro-americano, em “A Billie Holiday, cantora” (SOUSA, 1988, p. 134-135), Noémia de Sousa estabelece outro elo, ainda mais íntimo e profundo, desta vez com outra irmã afro-americana, cuja voz sintetiza todos os lamentos dos ex-escravos:

todo o meu povo escravizado sem dó
por esse mundo fora, vivendo no medo, no receio
de tudo e de todos...
O meu povo ajudando a erguer impérios
e a ser excluído na vitória...
A viver, segregado, uma vida inglória,
de proscrito, de criminoso...
O meu povo transportando para a música, para a poesia,
os seus complexos, a sua tristeza inata, a sua insatisfação
[...] (SOUSA, 1988, p. 135).

Mas na dor compartilhada entre as duas mulheres, na escuridão do quarto escuro subitamente povoado pela voz “estranha, profunda, quente, / vazada em solidão” da cantora negra americana, podemos encontrar mais do que o “fatalismo ráxico que faz doer” anunciado pelo eu poético. Podemos mesmo entrever a difícil junção de raça e gênero na trajetória dessas singulares e solitárias mulheres num cenário cultural e político onde a dor da condição dos negros ainda não oferecia espaço para que as particularidades da experiência das mulheres negras fossem percebidas e valoradas.

Vale lembrar que, como afirmaram Maylei Blackwell e Nadine Naber (2002, p. 191-192), embora as mulheres tenham sido

historicamente o grupo mais vulnerável no contexto das formas do colonialismo e de escravidão, ainda assim permaneceram à margem nas políticas masculinistas de liberação nacional e nas lutas comunitárias contra o racismo.

Dentro do ideário que dará corpo e voz ao movimentos de liberação nacional em África, não raro as nações serão representadas imaginadas como corpos femininos, cuja violação pelos colonizadores requer de seus cidadão e aliados ir em sua defesa. O movimento de liberação surge, assim, como um arranjo entre homens, defendendo a honra e liberdade de suas posses, imaginadas como um corpo feminino familiar (SOUZA, 1996, p. 146-147). Por outro lado, segundo Marcos Alves de Souza (1996), a nação é também representada como “mulher casta, submissa e zelosa, filial ou maternal, que “deve casar-se” com o cidadão homem”. Nesta acepção, a “pátria” é uma virtualidade, representada como a terra natal, à qual estamos ligados por laços afetivos. Poderíamos dizer que a “pátria” é a dimensão feminina e afetiva da “nação”, e o “papel feminino nesta representação” seria o de “construtoras da nação”, já que é das mulheres a tarefa de geração dos cidadãos (homens). Conforme Luiz Tarlei de Aragão, “pureza, renúncia e doação [...] estão intimamente fundidas na categoria ‘mãe’” (apud SOUZA, 1996, p. 148).

O depoimento de Noémia a Michel Laban se insere na discussão desse conjunto de ideias. Perguntada sobre a origem da expressão “mãe-África”, a escritora responde:

Não sei se veio de algum sítio. Talvez por uma atitude de oposição á África que aparecia nalgumas tentativas de colonos de escrever sobre África, quer dizer que a África surge sempre como uma coisa assim exótica, é sempre

uma mulher assim um bocado esquisita, uma coisa selvagem...E eu associo sempre África à ideia de mãe, quer dizer, em contraposição a isso... Muitas vezes, entre os colonos, a conversar, em conversas que ouvia, a mulher africana era equiparada a prostituta, e eles não conheciam profundamente a realidade africana, o que é a mulher africana, o que é uma mãe africana, e eu sei. É um bocado isso. (LABAN, 1998, p. 306).

Dessa concepção, tão frequente no imaginário anticolonial, se pode depreender um impasse colocado às mulheres: por um lado, o compartilhamento da luta e o forte pertencimento ao movimento cultural, político, de luta pela transformação das relações étnico-raciais; por outro, a solidão das mulheres nesta luta, e o sentimento de exclusão em momentos decisivos de elaboração identitária, estética e política, da negritude.

Portanto, não é incidental a solidão insistentemente repetida pela voz poética nos versos:

Era de noite e no quarto aprisionado em escuridão
apenas o luar entrara, sorrateiramente,
e fora derramar-se no chão.
Solidão. Solidão. Solidão. (SOUSA, 1988, p. 134).

Solidão que só se resolve com a entrada em cena do “arrastado inglês crioulo”, na voz melancólica da irmã americana, que com seus blues, cantou a dor de todos os negros, mas, acima de tudo, cantou, tal como o título de seu famoso disco sugere - Lady sings the blues -, a melancolia, a grande dificuldade de ser uma mulher negra em seu tempo e lugar.

Para concluir, e tentando unir as pontas dessa breve reflexão, podemos pensar na música, tal como propôs Paul Gilroy, como

eixo aglutinador tanto da memória traumática dos “terrores inefáveis da escravidão” (GILROY, 2001, p. 158) quanto da experiência vibrante de construção das novas identidades negras nos movimentos culturais e políticos da negritude, da black renaissance norte-americana, seguidos pelos movimentos de libertação na África. Noémia de Sousa percebeu como poucos o alcance e a profundidade do diálogo que então se começava a estabelecer neste que ficou conhecido como o espaço simbólico do Atlântico Negro.

Contudo, dentro dos discursos que anunciavam a unidade de povos dispersos pela diáspora africana no mundo, algumas vozes femininas, ainda solitárias e melancólicas, mas desde então poderosas, levantavam-se para enunciar uma outra música, sonoramente mais polifônica, e perceptivelmente contrapontística, onde os tons da diferença de gênero, para além da igualdade de raça, precisavam ser ouvidos.

Palavra-chaves: Diásporas africanas, Moçambique, poesia do tempo colonial, vozes femininas.

Referências

ARAÚJO, M. M. J. C. de. *Textos afro-americanos e textos africanos: dis-cursos do Eu ao espelho repartido da diáspora discursiva moderna*. 2008. Tese (Doutorado em Letras- Literatura Norte-Americana), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2008.

BLACKWELL, M.; NABER, N. *Interseccionalidade em uma era de globalização: as implicações da conferência mundial contra o racismo para as práticas feministas transnacionais*”. Revista

Estudos Feministas, vol. 10, n. 1, 2002 - dossiê sobre a III Conferência Mundial contra o Racismo.

FANON, F. *Os condenados da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GILROY, P. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. 34. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LABAN, M. *Moçambique: encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1998. v. 1.

MENDONÇA, F.; NOA, F.; SAÚTE, N. (Orgs.). *Sangue negro (poesia de Noémia de Sousa)*. Moçambique: Associação dos Escritores Moçambicanos, 2001.

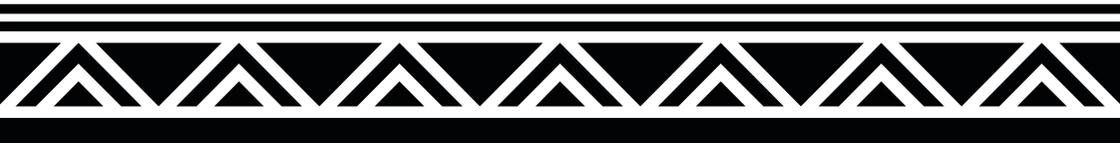
MIGNOLO, W. *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SAID, E. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUSA, N. de. *Sangue Negro. Moçambique: Associação dos Escritores Moçambicanos*, 1988.

SOUZA, M. de. *Gênero e raça: a nação construída pelo futebol brasileiro*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 6-7, 1996, p. 109-152.





4ª MESA – MESA DE ENCERRAMENTO: PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS SOBRE
(CULTURA E DESENVOLVIMENTO)

**ARTE CONTEMPORÂNEA E DIÁSPORAS:
CONTRAPONTO BRASIL-MOÇAMBIQUE**

*Professora Ilka Boaventura Leite
Departamento de Antropologia da UFSC
Coordenadora do NUER
ilka.leite@ufsc.br*

O Projeto “Olhares de África; lugares e entre-lugares da arte nas diásporas” por mim desenvolvido entre os anos 2007-2010, com apoio do CNPq, buscou dialogar com as teorias pós-coloniais tendo como foco principal as artes visuais produzidas por artistas no Brasil, Portugal e Moçambique. A partir dos registros pictóricos, instalações de arte e manifestos artísticos, analisei as diversas modalidades de encontros e diálogos em que imagens de África expressam mundos entrelaçados pelos processos coloniais e os projetos libertários. Conforme Moyo Okediji (2000), destes contextos emergem as formas artísticas que ele chama de “diasporação”, estados que vão além do êxodo físico, pois envolvem uma dissolução metafísica de diversas formas de recomposição, re-memória e re-membramento, em que a África torna-se, ao mesmo tempo, referência crítica e fonte de inspiração. Em um mundo sensível de lembranças, trânsitos, travessias e transumâncias atlânticas, essas produções visuais da arte contemporânea revelam experiências de deslocamento multissituadas entre regimes coloniais que ao invés de separar, interligam diversos tempos e lugares.

Nestes trânsitos e em diálogo com o Brasil, situo a arte moçambicana. As fronteiras da atual nação moçambicana constituíram-se em/no contexto de ocupação colonial e, portanto, desde o pós-independência. Englobam diferentes tradições

artísticas, sendo indubitável as influências portuguesas, também presentes em outras partes do mundo, como no Brasil. Dentre os movimentos de renovação artística moçambicana, destaco o Núcleo de Arte, criado em 1936, cuja figura mais destacada é Malangatana Valente Ngwenya. Na década de oitenta foi criada a Escola Nacional de Artes Visuais (1983), que introduziu várias mudanças no ambiente artístico, principalmente em Maputo e também o Museu Nacional de Arte (1991) que reúne atualmente um grandioso acervo de trabalhos de artistas moçambicanos de todo o país. Em 2003, jovens artistas moçambicanos fundaram o Movimento de Arte Contemporânea (MUVART). Neste último passo, artistas como Jorge Dias, Gemuce, Anésia Manjate, Tembo Dança, entre outros, passaram a reivindicar uma prática artística experimentalista, questionando as fronteiras artísticas e geográficas da nação, abrindo-se para os entre-lugares da arte e discutindo o papel transformador da arte no mundo atual.

Pensar diásporas é reconhecer mundos entrelaçados por fluxos, deslocamentos, encontros e relatos de viagem. O percurso de minha pesquisa inicia-se em Lisboa e Maputo, em 2007 e em contato com o Projeto Artáfrica, da Fundação Calouste Gulbenkian, onde comecei a problematizar o estado de deriva dos objetos e das pessoas e o papel incerto e provisório das representações do espaço de pertença e dos entre-lugares (BHABHA, 1997), no caso aqui analisado - a África, e que incide diretamente sobre os sujeitos envolvidos e seus projetos identitários.

Palavras-chave: Diásporas, arte contemporânea, estudos pós-coloniais.

Referências

BHABHA, H. *The Location Of Culture*. London , Routledge, 1994.

OKEDIJI, M. *Black Skin, white kins: Metamodern masks, multiple mimesis*. In: MIRZOEFF, N. (ed.). *Diaspora and Visual Culture: Representing Africans and Jews*. London: Routledge, 2000.

DA CASA À ESCOLA E VICE-VERSA: EXPERIÊNCIAS DE INÍCIO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE CRIANÇAS EM MAPUTO

Hélder Pires Amâncio

Doutorando em Antropologia Social no

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFSC

Membro do Núcleo de Estudos de Populações Indígenas – NEPI

helderpiresamancio@gmail.com

O trabalho por mim apresentado no evento “Diálogos com Moçambique”, organizado e realizado pelos estudantes moçambicanos na Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (NUER), nos dias 23 e 24 de junho, no âmbito da comemoração do 41º ano da independência de Moçambique é resultado de minha pesquisa de mestrado em Antropologia Social e intitula-se: “Da casa à escola e vice-versa: experiências de início escolar na perspectiva de crianças em Maputo”.

A pesquisa analisou as experiências de início escolar na perspectiva de crianças com seis anos de idade que frequentavam uma turma da 1ª classe, em escola pública num bairro periférico de Maputo. A mesma focalizou-se no significado de ser criança e nas formas pelas quais as crianças envolvidas na investigação construía a sua relação com a escola, esse “novo” espaço que elas passaram a frequentar e que ocupa uma parte significativa do seu tempo sem, contudo, perder de vista o contexto mais amplo de suas vivências cotidianas para além da escola ou apesar dela (TASSINARI; ALMEIDA; RESENDÍZ, 2014).

A investigação foi realizada num período de aproximadamente quatro meses, entre fevereiro e maio de 2015, cerca de catorze semanas de campo. As atividades de pesquisa foram desenvolvidas na escola, no percurso entre a casa e a escola e na casa das crianças. Acompanhar as crianças em seus trajetos casa-escola-casa revelou-se de extrema importância para a pesquisa, pois, permitiu explorar melhor suas experiências cotidianas e alargar minha compreensão da vida social em que estão inseridas.

A pesquisa permitiu contextualizar as experiências de início escolar das crianças investigadas e apresentar uma abordagem alternativa àquela que sempre se destaca nas análises sobre crianças em África, marcada por violência, pobreza e carências em que a agência infantil fica obliterada pela sua condição de vítima. Demonstrou que, tais experiências estão inseridas num âmbito social mais amplo da vida das crianças e que as estratégias delas para compor redes de amizade e coleguismo é que tornam as experiências de início escolar, menos difíceis.

Neste sentido, um dos argumentos que defendo é que, as experiências de início escolar constituem um dos marcadores sociais de uma fase da infância dessas crianças – fase da “criança crescida” (categoria nativa para designar as crianças com maior responsabilidade – familiar e escolar). Portanto, evidencio que o início escolar é um momento de mudanças, mas também, de continuidades, pois, trata-se de uma experiência que não é tão inicial como inicialmente eu imaginava dado que, as crianças estão inseridas em rede de amizade e parentesco que as permitem construir um conhecimento sobre a escola, antes mesmo de iniciarem.

Com esta investigação procurei demonstrar empiricamente o que os teóricos da Antropologia da Criança e da Sociologia da Infância defendem: que as crianças são seres sociais relativamente autônomos e protagonistas das suas experiências sociais e que “concretizam e expressam o seu processo de participação na vida social e na construção da própria infância” (NUNES; CARVALHO, 2007, p.1). Mas, também, que o exercício do poder disciplinar sobre as crianças na escola não se dá de forma passiva, porém, que elas são sujeitos ativos nesse processo, assim como resistem utilizando-se de diversas estratégias, subvertendo a ordem instituída, através de comportamentos ou brincadeiras proibidas ou em momentos e lugares não autorizados.

Considero que um dos méritos desta investigação é ter saído do âmbito estritamente escolar e, desafiado a acompanhar as crianças em outros contextos – por exemplo: em casa e no trajeto casa-escola e vice-versa – o que permitiu acessar a dados ricos do cotidiano das crianças, inclusive para compreender a relação delas na e com a escola.

A pesquisa aponta para noções próprias de infância dividida em duas etapas. Primeiramente, uma etapa anterior a entrada das crianças na escola, em que elas assumem algumas responsabilidades, mas são consideradas ainda pequenas e, outra, segunda, que com a entrada delas na escola passam a assumir maiores responsabilidades ao serem consideradas “crianças crescidas” que já vão à escola. A escola passa a ser mais uma das responsabilidades para além das tarefas de casa por elas assumidas.

Esta pesquisa contribui para o preenchimento da lacuna existente na literatura sócio antropológica sobre as experiências das crianças em África (Moçambique) e contribui para as políticas públicas, apontando para a necessidade de reconhecer o protagonismo infantil e a brincadeira como elementos importantes para a aprendizagem.

Palavras-chave: Antropologia Social, Etnografia com crianças, Educação escolar, Maputo, Moçambique.

Referências

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE MOÇAMBIQUE. *Desenvolvimento da Educação*: relatório nacional de Moçambique. Maputo: CERIGRAF, 2001.

NUNES, A.; CARVALHO, M. *Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância*. 31^º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: ANPOCS. 2007.

TASSINARI, A. M.; ALMEIDA, J. N.; RESENDÍZ, N. R. Introdução. In: ____ *Diversidade, educação e Infância*: reflexões antropológicas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 7-15.

“TEM UM ESPÍRITO QUE VIVE DENTRO DESSA PELE”: FEITIÇARIA E DESENVOLVIMENTO EM TETE, MOÇAMBIQUE

Inácio Dias de Andrade
Doutor em Antropologia Social pela Unicamp (2016)
inacio.and@gmail.com

Em Moçambique, a exploração de carvão em Tete atraiu bilhões de reais brasileiros em investimentos. A grande concessão obtida pela Vale resultou do acordo de cooperação internacional Brasil-Moçambique e traz consigo um grande aporte de investimentos e uma série de ações sociais e Ongs satélites. Essa estrutura dialoga com a imensa rede internacional de cooperação e apoio para o desenvolvimento montada com o fim da guerra civil e o início da liberalização da economia moçambicana em 1992. Todos os projetos de desenvolvimento atuam em cima de uma metodologia similar e uma parte essencial consiste na organização das populações beneficiadas em associações locais. Para a comunidade internacional, essa abordagem incentiva o trabalho coletivo e solidário, além de fornecer bases práticas para a maturação política de uma jovem democracia como a moçambicana. No entanto, para os beneficiários, a aliança em África é um movimento perigoso e as relações construídas pelas Ongs são fontes de receio e acusações de feitiçaria. Nesse caso, o associativismo lida com as alianças e os perigos das relações sociais em um continente “amaldiçoado por Deus”, como colocou um dos meus interlocutores. Aqui o diálogo democrático e a partilha dos bens da comunidade internacional são apenas uma pequena parte da negociação. Tomando a feitiçaria como o “lado

negro do parentesco”, tal qual proposto por Peter Geschiere (1997), o texto parte de uma etnografia das acusações e contra-acusações de feitiçaria, que, em meio à profusão de investimentos e de metodologia estrangeiras, pode nos oferecer meios de perseguir o que se entende por desenvolvimento a nível local e revelar-nos as brechas da agência possível por meio das quais as populações atuam e resignificam práticas exógenas nas margens do desenvolvimentismo. Apresentação é fundamentada por dados colhidos em Tete, tomados durante os dez meses de minha pesquisa campo.

Palvaras-Chave: Feitiçaria, desenvolvimento, cooperação internacional, relações inter-étnicas

Referências

BOURDIEU, P. 1979. *O Desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

EVANS-PRITCHARD, E. E. 2005. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

GESCHIERE, P. 1997. *The Modernity of Witchcraft: Politics and the Occult in Postcolonial Africa*. Charlottesville: University of Virginia Press.

_____ 2000. “Sorcellerie et modernité: retour sur une étrange complicité”. *Politique africaine*. 79, 17-32.

HABERMAS, J. 1984. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

ISAACMAN, A. 1972. *Mozambique: the Africanization of a European institution, the Zambesi Prazos, 1750-1902*. MPublishing, Ann Arbor: Michigan.

SCOTT, J. 1976. *The Moral Economy of the Peasant, New Haven and London: Yale University Press.*

THOMPSON, E.P. 1998. “*Economia Moral revisitada*” In: *Costumes em Comum, São Paulo: Companhia das Letras.*

WEBER, Max. 2004. *Economia e Sociedade. Vol. 2. Brasília: Editora da UnB.*

WEST, Harry e SANDERS, Todd. 2003. “Power revealed and power concealed in the New World Order” In: West, H. e Sanders, T. (orgs) *Transparency and Conspiracy: ethnographies of suspicion in the new world order, Durham and London: Duke University Press, pp 1-37.*





Diálogos com Moçambique

Celebrando o 41º Aniversário de Independência

Dia 23/06/2016

Manhã - Local: Miniauditório do CFH/UFSC

9h45min - 12h
Breve palavra sobre o dia 25 de Junho e Áudio de Proclamação da Independência de Moçambique

Palestra de abertura
Despertando o gosto pela ciência em jovens brasileiros e moçambicanos: do sonho à realidade

Tarde - Local: Sala 10 do Departamento de História/UFSC

14h-16h
Mesa redonda: Investigação e Desenvolvimento em Moçambique (I)

16h30min- 18h
Mesa redonda - Investigação e Desenvolvimento em Moçambique (II)

Dia 24/06/2016

Local: Auditório do CFH/UFSC

Manhã - 9h30min às 12h
Mesa redonda: Línguas, Educação, Literatura e Cultura em Moçambique

Tarde - 14h-16h
Mesa de encerramento: Perspectivas Antropológicas sobre Cultura e Desenvolvimento

Noite - Local: Rua Prof. Elpídio Barbosa, 78 – Trindade
19h - 22h
Jogo amigável entre Moçambique vs. Brasil

Parceria:

NUER
Núcleo de Estudos de Literaturas e Relações Interculturais

Organização:



**NUER - Núcleo de Estudos de Identidades
e Relações Interétnicas**

nº 14/2016

